

Relatório Anual

Plano Multifuturo I

20
22




45
anos



FUSESC

Junto a você em qualquer tempo



O Relatório Anual da Fusesc é parte do compromisso da Entidade com a transparência e o relacionamento com seus públicos. O documento é publicado anualmente e apresenta informações sobre a gestão, resultados operacionais e impactos econômicos. Este Relatório refere-se ao exercício de 2022.

A Fusesc

A Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusesc) é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem por objetivo garantir benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial aos seus participantes e seus respectivos dependentes, de forma a contribuir para a manutenção da qualidade de vida no período da aposentadoria.

São participantes da Fusesc os empregados pertencentes ao quadro de funcionários das patrocinadoras Banco do Brasil, Badesc, Estado de Santa Catarina, Bescor, Fusesc e SIM – Caixa de Assistência à Saúde. Atualmente a Fundação administra o patrimônio de três planos de benefícios, cujos recursos são provenientes das contribuições mensais feitas pelos empregados e as patrocinadoras. Estes recursos são investidos no mercado financeiro, de acordo com o que rege a Política de Investimentos da Fusesc, buscando obter a melhor rentabilidade, liquidez e solidez. Por meio desses investimentos são garantidos os pagamentos dos benefícios aos participantes.

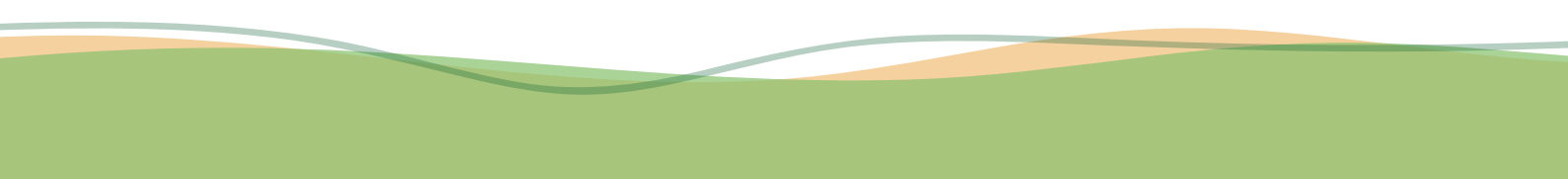
Missão

“Instituir e administrar planos de previdência para assegurar o pagamento de benefícios contratados e promover consciência previdenciária de seus participantes e assistidos.”

Visão

“Manter-se referência em eficiência administrativa, retorno de investimentos ajustado ao risco de mercado e ser reconhecida pela excelência em governança corporativa.”

Valores

- Ética presente a cada atitude, ação ou decisão da Entidade e dos seus públicos de interesse.
 - Regularidade no cumprimento de compromissos assumidos.
 - Segurança na custódia dos ativos pertencentes a Entidade e aos Planos de Benefícios.
 - Consistência para a tomada de decisões.
 - Competência profissional como âncora para a gestão de pessoas.
 - Zelo no atendimento aos Participantes e Assistidos.
 - Atuação institucional para fortalecimento do sistema de previdência complementar do país.
 - Austeridade na gestão de recursos administrados.
- 

Sumário

Gestão da Fusesc	5
Compromisso, estratégias e resultados positivos	5
Governança Corporativa	6
Realizações	7
O que aconteceu na Fusesc em 2022	7
Comunicação e Relacionamento	12
Resultados Consolidados	13
Gestão de Seguridade Plano Multifuturo I	14
Gestão de Investimentos Plano Multifuturo I	15
1.Demonstrações Contábeis	17
1.1. Balanço Patrimonial Consolidado	17
1.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada)	18
1.3. Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano de Multifuturo I	19
1.4. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Multifuturo I	20
1.5. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT	21
Plano Multifuturo I	
1.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada)	22
1.7. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	23
2.Pareceres	46
2.1. Parecer Atuarial - Plano Multifuturo I	46
2.2. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	53
2.3. Parecer do Conselho Fiscal	58
2.4. Parecer do Conselho Deliberativo	59
3.Investimentos	60
3.1. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano Multifuturo I	60
3.2. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Gestão	63
Administrativa	
3.3. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano Multifuturo I	66
3.4. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa	69

Gestão da Fusesc



Tendo como base uma gestão de investimentos que objetiva honrar o pagamento de benefícios no longo prazo e seguindo uma metodologia que respeita a tradição de não expor os investimentos a riscos quando opções mais seguras garantem performance, a Fusesc obteve frutos positivos em 2022: os três planos administrados pela Entidade alcançaram suas metas atuariais, ficando entre os 25% planos no mercado que alcançaram o mesmo nível de desempenho, segundo estudo da Consultoria Aditus publicado em janeiro de 2023. Além de atingirem a meta atuarial os três planos também ficaram classificados entre os 15% melhores em rentabilidade no mercado de previdência fechada e se destacaram em quatro dos cinco segmentos em que possuíam investimentos.

Ao longo do ano, a Entidade atuou em demandas previstas no Planejamento Estratégico - promoveu ações na administração dos imóveis, zerou a taxa de carregamento dos planos, realizou mudanças nos regulamentos, fez investimentos

na comunicação com seu público, com o lançamento do podcast Fala Fusesc, disponibilizou informações sobre os planos de benefícios e gestão da Fusesc por meio do site, e-mail e redes sociais, prestou contas on-line, retomou o atendimento presencial diário e capacitou a equipe, dentre outras ações.

No segundo semestre também aconteceram as eleições e posse de novos conselheiros e diretoria, que iniciaram a nova gestão no final de dezembro.

Todo o trabalho feito em 2022 só foi possível através da dedicação de todos que fazem parte da equipe Fusesc, totalmente empenhada em oferecer o mais alto nível de entrega aos Participantes e Assistidos.

Aproveite a leitura deste relatório - que possui muitas informações importantes a respeito da gestão da Entidade e do seu plano de benefícios - e, em caso de dúvidas, entre em contato conosco.

Diretoria Executiva

Governança Corporativa

Diretoria Executiva

Diretor Superintendente: Luiz Aurélio de Oliveira

Diretor Financeiro e Administrativo: Carlos Eduardo Pitz

Conselho Deliberativo

Membros efetivos: Pedro Bramont (Presidente), Anderson dos Santos, Marselle Goulart, Jean Paulo de Deus e Silva Sonza, Lauro Machado Linhares e Zilton Vargas

Membros suplentes: Rafael Lanznaster, Edson Lehmann, Edson Niehues, Edevino Baldo e Daniel Henschel

Conselho Fiscal

Membros Titulares: Romildo Neuenfeld (Presidente), Luana Rodrigues Pereira, Rodrigo Mucelin e Kleberson Luiz Isensee

Membros Suplentes: Gustavo Scortegagna, Léo Beltrame de Macedo e Diego Citadini

Comitê de Ética

Membros Titulares: Everton Mendes Schlickman (Presidente), Fernando Durante Ruzza e Renato de Oliveira

Membros Suplentes: Rosângela Terezinha de Lima Pires, Camila Cioban Jorge e Vandoir Specht

Realizações

O que aconteceu na Fusesc em 2022

Fusesc comemorou 44 anos

Em abril a Fusesc chegou aos seus 44 anos com muita resiliência, eficiência e resultados positivos. Os últimos anos foram cheios de desafios, ainda assim, grandes objetivos foram alcançados, como a redução das despesas administrativas e a melhoria constante do desempenho na prestação de serviços. O então Diretor Superintendente da Fusesc, Vânio Boing, gravou uma mensagem em vídeo, que está disponível no site e redes sociais da Entidade.

Prestação de contas on-line teve mais 1.700 visualizações

A diretoria da Fusesc realizou, em 10/05/2022, ao vivo no canal da Entidade do Youtube, a Prestação de Contas de 2021. Foram apresentados os principais dados da gestão da Fusesc e dos planos de benefícios, além das realizações em 2021. Após a apresentação, os diretores responderam as dúvidas dos Participantes e Assistidos no chat, e se colocaram à disposição também pelo e-mail central@fusesc.com.br. A gravação da live está disponível no site da Fusesc: www.fusesc.com.br



Gestão da carteira de imóveis

A Fusesc avalia periodicamente sua Carteira de Imóveis, como uma das medidas para buscar os melhores retornos dos seus investimentos em favor de seus Participantes e Assistidos. A Entidade atende a estratégia de seguir gradualmente com o desinvestimento da carteira de imóveis, obedecendo a legislação – Resolução CMN 4.661 de 25/05/2018 e Resolução CMN nº 4994, que revoga a Resolução 4661 e entrou em vigor em 02/05/2022 – que determina que as entidades fechadas de previdência complementar tenham até doze anos (prazo limite até 24/05/2030), para realizar a venda dos imóveis, ou constituir Fundo de Investimento Imobiliário – FII, para abrigá-los.

Com as ofertas de vendas de imóveis aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2022, a Entidade alienou duas salas comerciais no Edifício Planel, uma sala comercial no Edifício Alpha Centaury e dois Apartamentos no Edifício Vitale Residence.



Além disso, a Fusesc disponibilizou para comercialização as unidades do empreendimento Vitale Residence. Para Participantes e Assistidos, a entidade preparou um vídeo explicativo no qual são fornecidos detalhes sobre todo o processo de desinvestimento do empreendimento, que foi disponibilizado no Autoatendimento. Localizado na rua Presidente Coutinho, em uma área nobre no centro de Florianópolis, o projeto de alto padrão foi viabilizado por meio de uma parceria, em modelo de permuta, com a incorporadora Vitale Empreendimento Imobiliário Ltda. A construção do empreendimento foi realizada pela construtora Beco Castelo, conceituada empresa de construção civil na Grande Florianópolis.

Todas as informações sobre as ações da gestão da Carteira de Imóveis são comunicadas no site e redes sociais da Fusesc.

Fusesc lança podcast Fala Fusesc

O podcast Fala Fusesc foi lançado em 2022 e já tem diversos episódios no ar. Os conteúdos em áudio têm o foco em informações sobre os investimentos, planos de benefícios e assuntos relevantes sobre a previdência complementar.



Entre os temas dos episódios lançados em 2022, estão O que é e como funciona a Fusesc, Resultados do primeiro semestre e perspectivas e Introdução sobre os benefícios de risco que existem nos planos. Ouça no site da Fusesc ou nos agregadores de podcast, como Spotify, Anchor, Breaker, Google Podcasts, Deezer e Apple Podcasts.

Eleição dos dirigentes da Fusesc

Em reunião realizada no dia 22/06, o Conselho Deliberativo aprovou o Edital para o Processo Eleitoral 2022 da Fusesc. O Processo, conforme cronograma estabelecido, teve início em 18/07 e foi finalizado em 07/10, com a votação. Foram eleitos para o Conselho Deliberativo três membros efetivos e três suplentes; para a Diretoria Executiva, o Diretor Superintendente, e para o Conselho Fiscal dois membros efetivos e dois suplentes. O sistema de votação pela internet e telefone foi auditado pela empresa especializada contratada para esta finalidade, The Perfect Link. A Chapa 2 venceu a eleição da Fusesc com 1327 votos.



Posse - Os dirigentes eleitos em 07/10 tomaram posse na manhã do dia 28/12, no Hotel Valerim Florianópolis, localizado no centro de Florianópolis/SC. Tomaram posse o Diretor Superintendente Luiz Aurélio de Oliveira, além dos novos membros titulares do Conselho Deliberativo Jean Paulo de Deus e Silva Souza, Lauro Machado Linhares, Zilton Vargas e, como membros suplentes, Edson Niehues, Edevino Baldo e Daniel Henschel. Também foram empossados Romildo Neuenfeld como Presidente do Conselho Fiscal, Luana Rodrigues Pereira como membro titular, além de Gustavo Scortegagna e Léo Beltrame de Macedo como suplentes. Todos com mandato até 2026.

A sessão foi presidida pelo Presidente do Conselho Deliberativo da Fusesc, Pedro Bramont, da patrocinadora Banco do Brasil, que comunicou a decisão da Patrocinadora Banco do Brasil de reconduzir pelos próximos quatro anos Carlos Eduardo Pitz no cargo de Diretor Financeiro e Administrativo, desejando a Pitz a continuidade de uma gestão de excelência. O Diretor empossado citou a honra e o compromisso que a Patrocinadora Banco do Brasil lhe delegou.

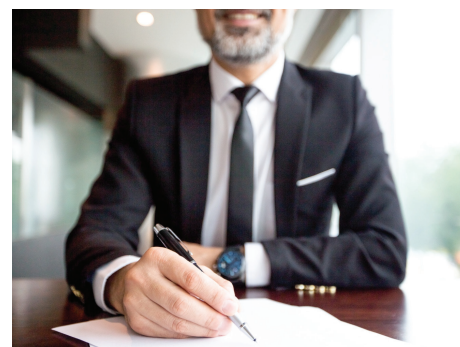
“Na Fusesc prezamos muito pela eficiência. Historicamente nossas despesas são 45% menores do que a mediana das Entidades de igual porte submetidas à Lei Complementar 108. Também somos referência em tecnologia: temos governança corporativa com acesso digital dos conselheiros e patrocinadoras a todas as decisões tomadas pelas áreas técnicas e pela diretoria; e somos referência em segurança de dados, com 100% das nossas operações realizadas em nuvem e salvaguardados em fornecedores de renome internacional. Por fim, sobre o retorno e o risco dos investimentos, temos os três Planos de Benefícios classificados entre os 15% melhores entre os Planos de Contribuição Variável nos intervalos de 12, 24, e 36 meses”, explicou Pitz.

O novo Diretor Superintendente da Entidade, Luiz Aurélio de Oliveira, incluiu em seu discurso agradecimentos à presença de todos, em especial daqueles que fizeram parte de sua história pessoal e profissional e aos que votaram no processo eleitoral da Fusesc. “Somos sabedores das turbulências naturais do mundo globalizado e do enfrentamento da instabilidade econômica, repercutida pela pós-pandemia, pelas guerras, por problemas sociais enraizados, pela condição de saúde que afeta grande parcela da sociedade e, por consequência, atinge o sistema de Previdência Complementar. Será necessário desenvolvermos mecanismos que permitam à Fusesc estar cada vez mais próxima dos seus Participantes. Vamos investir em inovações e procurar construir uma Fundação mais participativa no que se refere à gestão de recursos. O sentimento de pertencimento deve fazer parte de cada beneficiário e contribuinte da Fusesc. Envidaremos todos os nossos esforços para ultrapassar os percalços e cumprir as nossas propostas de nova gestão”, afirmou Oliveira.

O novo Superintendente também ressaltou a importância do trabalho em equipe. “Nosso time de dirigentes, somado ao de conselheiros indicados pelas patrocinadoras, está pronto, preparado e com foco para, de forma competente e com eficiência, atravessar as intempéries. De modo inovador, conscientes da era digital, buscaremos novas conquistas, vislumbrando uma Fusesc forte hoje e sempre jovem no amanhã. Entendemos que é fundamental construir uma Entidade que reflita exatamente o que esperam seus Participantes e Assistidos. A Fusesc, nessa nova gestão, será de todos – este é o nosso lema. Olharemos para todos e para cada um em suas peculiaridades”, declarou Oliveira.

PREVIC aprova alterações no Regulamento do Plano Multifuturo I

A Superintendência Nacional da Previdência Complementar (PREVIC), órgão fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou pela Portaria nº 859, de 22/09/2022, publicada no diário Oficial de 27/09/2022, o novo regulamento do Plano Multifuturo I (MFI). O novo regulamento entrou em vigor a partir de 27/09/2022. Conheça o novo Regulamento no site www.fusesc.com.br. As alterações propostas no Regulamento do Plano Multifuturo I foram comunicadas aos Participantes e Assistidos pelo site da Fusesc.



Fusesc zera taxa de carregamento dos planos

O Conselho Deliberativo aprovou, em novembro, a proposta da Diretoria Executiva para promover a isenção da taxa de carregamento para todos os mais de 7 mil Participantes e Assistidos vinculados aos três planos de benefícios. A isenção entrou em vigência em 01/01/2023, mês no qual os Participantes deixaram de ter esta cobrança em suas contribuições e os Assistidos não mais terão este desconto no recebimento do benefício. A isenção foi possível em razão das alterações regulamentares promovidas, que desvincularam o custeio administrativo do regulamento e remeteram os critérios e percentuais do custeio para o Plano de Custeio Anual.



A extinção da taxa de carregamento foi fundamentada no estudo técnico promovido pela área de Seguridade e pela Consultoria Atuarial MIRADOR, que demonstrou que, neste momento, o PGA (Plano de Gestão Administrativa) dos planos de benefícios administrados pela Entidade é considerado suficiente para manter o Fundo Administrativo positivo por todo o período de pagamento de benefícios, com um ajuste na taxa de administração. Como principais fontes de custeio do PGA estão as receitas oriundas da: a) Taxa de Administração, que equivale a um percentual incidente sobre o patrimônio dos planos de benefícios; b) Taxa de Carregamento, que é um percentual incidente sobre as contribuições e benefícios do plano; e, c) do Retorno dos Investimentos do PGA. A ausência de taxa de carregamento também proporciona agilidade nas atividades internas, pois elimina uma série de fluxos operacionais da área de Seguridade.

Capacitação: Fusesc participa do 43º Congresso Abrapp

Entre diretores e colaboradores, seis integrantes da equipe Fusesc participaram, entre 19 e 21/10, do 43º Congresso Brasileiro de Previdência Privada. O evento, que é promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), é o maior do setor de previdência privada e aconteceu em formato híbrido - on-line e presencialmente em São Paulo/SP.

A programação teve como tema central #FaçaAcontecerAgora! O Congresso trouxe referências nacionais e internacionais em empreendedorismo, tecnologia, carreira e inovação em uma programação com 79 atividades (entre Plenárias, Insight Sessions, Palestras Técnicas, Espaço UniAbrapp e Espaço Boas Práticas). O evento, que acontece anualmente, é um importante ambiente de discussão de temas atuais, que promove a reflexão sobre as perspectivas e os desafios que marcam o setor previdenciário no País, além de proporcionar um intercâmbio de conhecimentos que resulta no aprimoramento dos profissionais que atuam na Fusesc.

Programa A Escolha Certa



Alinhada à Recomendação nº 01/2008, do Conselho de Gestão Previdenciária Complementar, a Fusesc participa do programa integrado de educação financeira e previdenciária "A Escolha Certa", que tem como objetivo difundir os conceitos de previdência complementar, promover a educação e a conscientização financeira, além de estimular a poupança de longo prazo aos participantes e assistidos. O programa é compartilhado com as entidades de Santa Catarina integrantes da Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPREV). Em 2022, o programa publicou diversos artigos e dicas de educação financeira e previdenciária em seu site e redes sociais, confira em:

Portal: www.aescolhacerta.com.br

Facebook: [Facebook.com/programaaescolhacerta](https://www.facebook.com/programaaescolhacerta)

Instagram: [@programaaescolhacerta](https://www.instagram.com/programaaescolhacerta)

Comunicação e Relacionamento

A Fusesc disponibiliza diversos canais para que Participantes e Assistidos possam obter informações atualizadas a respeito da gestão dos planos de benefícios, esclarecerem dúvidas a respeito da concessão de aposentadoria, simular e contratar empréstimos, dentre outras. Confira:

Site - www.fusesc.com.br

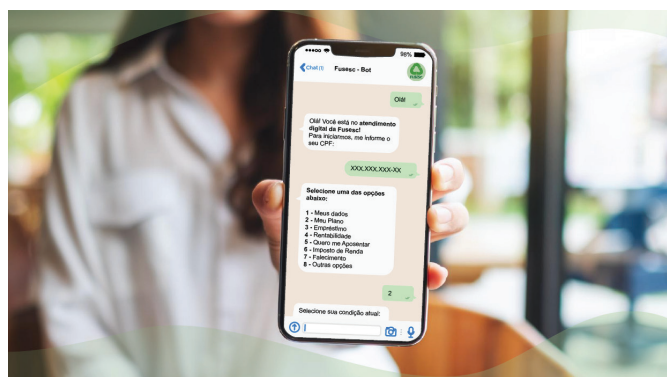
O site disponibiliza o Espaço Transparência, que facilita o rápido acesso ao Estatuto, Regulamentos dos Planos, Manual do Participante, Demonstrativos Atuariais, Relatórios Anuais, Código de Conduta e Ética, Políticas Internas, Legislação, Prestação de Contas, entre outras informações. Lá também ficam disponíveis, os jornais Notícias da Fusesc, lâminas de rentabilidade e de seguridade, notícias, vídeos e mais.

Na área de Autoatendimento, é possível visualizar o contracheque, acessar o documento de IR, acompanhar o saldo de conta, realizar atualizações cadastrais, fazer a simulação e contratação de empréstimos, consultar empréstimos contratados, dentre outros serviços. O acesso é feito pela home page do site, por meio do CPF e senha.

Canais de atendimento on-line da Fusesc

- WhatsApp, no telefone (48) 4042-0305
- Chat
- Formulário para atendimento via e-mail

Nestes canais, os Participantes e Assistidos tem acesso rápido a informações personalizadas do plano. Para acessar, basta clicar em Contato, no menu superior da home page do site www.fusesc.com.br.



Central de Atendimento

O atendimento humanizado por telefone (0800 048 3000), presencial, e-mail, WhastApp e Chat no site ocorre das 8h00 às 17h00 horas, sem intervalo de almoço. A sede da Entidade está localizada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, 251 – 8º andar – Edifício Pérola Negra – Centro – Florianópolis/SC.

Jornal Notícias da Fusesc

No jornal trimestral, são publicadas notícias para acompanhamento das informações dos planos, gestão da Entidade, segmento financeiro e previdenciário, entre outras.

Newsletter

Enviado por e-mail e com periodicidade mensal, é um canal de informações ágil, com conteúdo segmentado para Participantes e Assistidos.

Redes Sociais:



Resultados Consolidados

Fusesc em números

Nosso público



peças usufruem da prestação
de serviços da Fusesc



R\$ 166.355.997,87

benefícios pagos aos
Aposentados e Pensionistas



R\$ 38.017.245,27

contribuições recebidas

Números de Seguridade em 2022

Concessões Aposentadorias	15
Concessões Pensões	39
Óbitos	89
Transformações em Pagamento Único	50
Resgates	11
Portabilidades	15
Pecúlios por Morte	17
Saldo para Herdeiros	17

Atendimento ao Público

1 mil

9 mil

4 mil



Gestão de Seguridade

Plano Multifuturo I

A Seguridade é responsável pelas etapas de vinculação do Participante com o plano de benefícios, desde sua adesão até o encerramento do benefício de previdência complementar. A arrecadação, concessão, manutenção dos benefícios, atualização e manutenção dos dados cadastrais, a gestão das premissas atuariais, fazem parte desta gestão.

Plano Multifuturo I

Benefícios - A Fusesc pagou R\$ 83.806.497,81 milhões de benefícios aos seus Assistidos e Pensionistas do Plano Multifuturo I em 2022. É a Entidade cumprindo a sua principal função que é prover a complementação de aposentadoria a quem se planejou para usufruir desse benefício.

Contribuições - Foram R\$ 30.259.418,38 em contribuições recebidas dos Participantes e Patrocinadoras.

Participantes e Assistidos - Ao final de dezembro de 2022 o Plano Multifuturo I tinha o total de 5.247 Participantes, entre Aposentados, Pensionistas e Ativos.



Gestão de Investimentos

Plano Multifuturo I

Planos batem meta atuarial e fecham 2022 entre os 15% melhores do segmento

Os três planos administrados pela Fusesc alcançaram suas metas atuariais em 2022. No mercado, apenas 25% dos planos semelhantes tiveram o mesmo desempenho neste ano, é o que diz o estudo da Consultoria Aditus, publicado em janeiro de 2023.

O Plano Multifuturo I fechou com retorno de 11,74%.

De acordo com o Diretor Financeiro e Administrativo da Entidade, Carlos Eduardo Pitz, os principais fatores que contribuíram para esse desempenho foram as alocações táticas (aquelas realizadas para reduzir investimentos em um segmento para aplicar em outro) realizadas ao longo do ano pela equipe interna de investimentos, e o desempenho dos gestores externos para o alcance de metas estabelecidas pela Política de Investimentos dos planos.

A tradição da Fusesc de evitar exposições de maior risco em cenário favorável para renda fixa vem mantendo os planos de benefícios da Entidade entre os melhores desempenhos do mercado de Previdência Fechada brasileiro. “Acredito que seguir uma metodologia que respeita a tradição de não se expor a riscos quando as opções de investimento mais seguras garantem a entrega nossas metas atuariais é um dos principais motivos que tem levado a Entidade a alcançar esse desempenho. A gestão dos investimentos da Entidade é feita com o objetivo de, acima de tudo, honrar o compromisso de pagar benefícios em um longo prazo”, comenta Pitz.

Procurando proteger os recursos dos planos de benefícios de quaisquer impactos, a Fusesc adota uma política cautelosa em suas diretrizes, com aplicações em ativos de baixo risco e que apresentam boas oportunidades de rendimentos, mais seguros diante de um cenário de alta dos juros e inflação alta. Além disso, sempre que possível, a Entidade aproveita as oportunidades no segmento de renda variável realizando alocações em fundos e/ou ações que apresentam características defensivas nos momentos de crise.

Plano Multifuturo I tem rentabilidade de 11,74% em 2022

Para buscar e manter bons resultados, a Fusesc trabalha com uma política de investimentos que prioriza mais segurança e menos riscos. O Plano Multifuturo I encerrou o ano de 2022 com R\$ 1.668,8 milhões de ativo total e R\$ 135 milhões de superávit. Os investimentos financeiros estavam assim distribuídos: 81,57% dos investimentos em Renda Fixa, 6,06% em Imóveis, 9,31% em Investimentos Estruturados e 3,06% em Empréstimos - dados do Balanço Patrimonial de dezembro/2022.



1. Demonstrações Contábeis

1.1. Balanço Patrimonial Consolidado

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL					
Sigla: FUSESC			C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32		
ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
<u>DISPONÍVEL</u>	<u>1.253</u>	<u>565</u>	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	<u>3.892</u>	<u>3.835</u>
<u>REALIZÁVEL</u>	<u>2.814.450</u>	<u>2.656.326</u>	Gestão Previdencial	2.707	2.668
Gestão Previdencial	12.962	14.397	Gestão Administrativa	1.069	1.103
Gestão Administrativa	220	429	Investimentos	116	64
Investimentos	2.801.268	2.641.500	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	<u>30.991</u>	<u>34.179</u>
Títulos Públicos	1.729.221	1.589.555	Gestão Previdencial	30.851	34.039
Ativo Financeiro de Crédito Privado	932	10.110	Gestão Administrativa	140	140
Fundos de Investimentos	809.811	809.249	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>2.781.557</u>	<u>2.619.607</u>
Investimentos em Imóveis	164.650	160.954	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.602.850	2.452.493
Operações com Participantes	70.805	71.632	Provisões Matemáticas	2.386.517	2.316.999
Precatórios	25.849	-	Benefícios Concedidos	1.628.188	1.610.632
<u>IMOBILIZADO E INTANGÍVEL</u>	<u>737</u>	<u>730</u>	Benefícios a Conceder	758.329	706.367
Imobilizado	283	334	Equilíbrio Técnico	216.333	135.494
Intangível	454	396	Resultados Realizados	216.333	135.494
			Superávit Técnico Acumulado	216.333	135.494
			<u>Fundos</u>	<u>178.707</u>	<u>167.114</u>
			Fundos Previdenciais	39.950	40.303
			Fundos Administrativos	135.022	123.305
			Fundos para Garantia das Operações com Participantes	3.735	3.506
TOTAL DO ATIVO	2.816.440	2.657.621	TOTAL DO PASSIVO	2.816.440	2.657.621

Luiz Aurélio de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF Nº 502.116.849-53

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC nº 028.290/O-0
CPF Nº 018.210.929-10

1.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada)

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDA�O CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRI�O	2022	2021	VARIA�O (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.619.607	2.499.188	4,82
1. Adições	351.870	301.757	16,61
Contribuições Previdenciais	38.017	35.131	8,21
Portabilidade	-	35	(100,00)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	289.325	249.028	16,18
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	1.359	19	7.052,63
Receitas Administrativas	7.809	7.459	4,69
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	15.132	9.618	57,33
Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	228	467	(51,18)
2. Deduções	(189.920)	(181.338)	4,73
Benefícios	(166.356)	(162.063)	2,65
Resgates	(3.358)	(3.307)	1,54
Portabilidades	(3.297)	(5.075)	(35,03)
Desoneração de Contribuições de Patrocinador(es)	(1.778)	(267)	565,92
Outras Destinações	(3.907)	(556)	602,70
Despesas Administrativas	(11.224)	(10.070)	11,46
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	161.950	120.419	34,49
Provis��es Matemáticas	69.518	104.686	(33,59)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	80.840	5.460	1.380,59
Fundos Previdenciais	(353)	2.799	(112,61)
Fundos Administrativos	11.717	7.007	67,22
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	228	467	(51,18)
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	2.781.557	2.619.607	6,18

Luiz Aurélio de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF N  502.116.849-53

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF N  005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC n  028.290/O-0
CPF N  018.210.929-10

1.3. Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano Multifuturo I

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRIÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	1.668.821	1.553.730	7,41
Disponível	226	4	5.550,00
Recebíveis Previdencial	94.218	88.660	6,27
Investimentos	1.574.377	1.465.066	7,46
Títulos Públicos	946.755	832.101	13,78
Ativo Financeiros de Crédito Privados	497	5.392	(90,78)
Fundos de Investimentos	473.195	489.424	(3,32)
Investimentos em Imóveis	91.804	89.689	2,36
Operações com Participantes	47.741	48.460	(1,48)
Precatórios	14.385		
2. Obrigações	21.210	23.412	(9,41)
Operacional	1.867	1.799	3,78
Contingencial	19.343	21.613	(10,50)
3. Fundos não Previdenciais	85.859	78.961	8,74
Fundos Administrativos	84.219	77.452	8,74
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	1.640	1.509	8,68
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.561.752	1.451.357	7,61
Provisões Matemáticas	1.413.241	1.364.888	3,54
Superávit/Déficit Técnico	134.932	75.054	79,78
Fundos Previdenciais	13.579	11.415	18,96
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	134.932	75.054	79,78
b) (+/-) Ajuste de Precificação	12.179	12.985	(6,21)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado =(a+b)	147.111	88.039	67,10

Luiz Aurélio de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF Nº 502.116.849-53

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC nº 028.290/O-0
CPF Nº 018.210.929-10

1.4. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL

Plano Multifuturo I

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDA�O CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRI�O	2022	2021	VARIA�O (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.451.357	1.377.942	5,33
1. Adições	202.880	168.275	20,56
Contribuições	32.674	31.091	5,09
Portabilidade	-	35	(100,00)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	169.474	135.794	24,80
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	732	1.355	(45,98)
2. Deduções	(92.485)	(94.860)	(2,50)
Benefícios	(83.806)	(84.495)	(0,82)
Resgates	(2.967)	(2.997)	(1,00)
Portabilidades	(3.297)	(5.075)	(35,03)
Custeio Administrativo	(2.415)	(2.293)	5,32
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	110.395	73.415	50,37
Provis��es Matemáticas	48.353	57.300	(15,61)
Fundos Previdenciais	2.164	1.049	106,29
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	59.878	15.066	297,44
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.561.752	1.451.357	7,61
C) Fundos não previdenciais	85.859	78.961	8,74
Fundos Administrativos	84.219	77.452	8,74
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	1.640	1.509	8,68

Luiz Aurélio de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF N  502.116.849-53

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF N  005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC n  028.290/O-0
CPF N  018.210.929-10

1.5. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Plano Multifuturo I

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRIÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.584.602	1.476.278	7,34
1. Provisões Matemáticas	1.413.241	1.364.888	3,54
1.1. Benefícios Concedidos	768.100	762.489	0,74
Contribuição Definida	650.550	648.060	0,38
Benefício Definido	117.550	114.429	2,73
1.2. Benefício a Conceder	645.141	602.399	7,10
Contribuição Definida	585.684	506.900	15,54
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	269.608	233.770	15,33
Saldo de contas - parcela participantes	316.076	273.130	15,72
Benefício Definido	59.457	95.499	(37,74)
2. Equilíbrio Técnico	134.932	75.054	79,78
2.1. Resultados Realizados	134.932	75.054	79,78
Superávit técnico acumulado	134.932	75.054	79,78
Reserva de contingência	44.252	52.482	(15,68)
Reserva para revisão de plano	90.680	22.572	301,74
3. Fundos	15.219	12.924	17,76
3.1. Fundos Previdenciais	13.579	11.415	18,96
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes -Gestão Previdencial	1.640	1.509	8,68
4. Exigível Operacional	1.867	1.799	3,78
4.1. Gestão Previdencial	1.805	1.771	1,92
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	62	28	121,43
5. Exigível Contingencial	19.343	21.613	(10,50)
5.1. Gestão Previdencial	19.343	21.613	(10,50)

Luiz Aurélio de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF Nº 502.116.849-53

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC nº 028.290/O-0
CPF Nº 018.210.929-10

1.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada)

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRIÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	123.305	116.298	6,03
1. Custeio da Gestão Administrativa	22.941	17.077	34,34
1.1. Receitas	22.941	17.077	34,34
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.059	2.899	5,52
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.192	3.972	5,54
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	381	389	(2,06)
Receitas Diretas	177	199	(11,06)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	15.132	9.618	57,33
2. Despesas Administrativas	(11.224)	(10.070)	11,46
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(11.224)	(10.070)	11,46
Pessoal e encargos	(7.510)	(6.416)	17,05
Treinamentos/Congressos e Seminários	(40)	(33)	21,21
Viagens e Estadias	(61)	(1)	6.000,00
Serviços de Terceiros	(2.442)	(2.265)	7,81
Despesas Gerais	(783)	(1.043)	(24,93)
Depreciações e Amortizações	(168)	(95)	76,84
Tributos	(216)	(212)	1,89
Outras Despesas	(4)	(5)	(20,00)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	11.717	7.007	67,22
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	11.717	7.007	67,22
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	135.022	123.305	9,50

Luiz Aurélio de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF Nº 502.116.849-53

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC nº 028.290/O-0
CPF Nº 018.210.929-10

1.7. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores em R\$ mil)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação em 31 de outubro de 1977, tendo por finalidade institucional a administração de planos de benefícios previdenciários, por meio de contribuição mensal das Patrocinadoras e de seus Participantes e Assistidos na forma dos Regulamentos dos Planos de Benefícios que administra.

O Estatuto, o Plano de Benefícios original e o funcionamento desta Entidade foram aprovados pela Portaria nº 1.834, de 27 de setembro de 1979 do Ministro de Previdência e Assistência Social – MPAS. Em 03 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, atualmente, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou as alterações do Estatuto, conforme Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 1.526, publicada no Diário Oficial da União em 05 de setembro de 2007, e a vigente através da Portaria nº 684, de 13 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 17 de julho de 2018. Esta Entidade é regulada pelas disposições contidas nas Leis Complementares nos 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e patrocinada pelas seguintes empresas:

- Banco do Brasil S.A. (Incorporador do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC);
- Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC;
- Estado de Santa Catarina (Sucessor da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC);
- BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens – BESCOR;
- SIM Caixa de Assistência à Saúde;
- Fundação Codesc de Seguridade Social – FUSESC.

As demonstrações contábeis da Entidade foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 30/03/2023.

PLANOS DE BENEFÍCIOS:

A Entidade administra os seguintes Planos de Benefícios:

Plano de Benefícios	CNPB Nº	Modalidade de Benefícios	Patrocínio
BENEFÍCIOS I	1979002665	CV	BANCO DO BRASIL, BADESC, ESTADO DE SANTA CATARINA e FUSESC
MULTIFUTURO I	2002000638	CV	BANCO DO BRASIL
MULTIFUTURO II	2002004692	CV	BADESC, ESTADO DE SANTA CATARINA, BESCOR, SIM e FUSESC

• PLANO DE BENEFÍCIOS I

O Plano de Benefícios I, anteriormente denominado Plano de Benefícios Fusesc, existente desde o início da Entidade, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Existem neste plano os benefícios suplementares de auxílio-doença, auxílio-reclusão, aposentadorias e pensão por morte, além de pecúlio por morte, na forma prevista na norma regulamentar.

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a avaliação atuarial, existiam 4 Participantes, com idade média de 60 anos, 1.324 Assistidos, dos quais 814 em gozo de benefício de aposentadoria, com uma idade média de 75 anos, 510 usufruindo de benefício de pensão por morte, com idade média de 72 anos.

Não é permitido o ingresso de novos Participantes no Plano de Benefícios I por ser caracterizado como plano em extinção desde 1º de janeiro de 2003.

• PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO I

O Plano de Benefícios Multifuturo I, estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, pelo Ofício nº 646/SPC/GAB/COA, de 18 de abril de 2002. O referido plano é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. (Incorporadora do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC) e foi instituído em junho de 2002.

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a avaliação atuarial, existiam 1.987 Participantes, com idade média de 46 anos, dos quais 1.818 Ativos, 126 em Autopatrocínio, 2 em Auxílio-Doença, 4 aguardando Resgate e 6 falecidos com beneficiários aguardando pensão, 6 aguardando opção instituto, e 25 Participantes aguardando o BPD, com idade média de 49 anos. Existiam também 3.260 Assistidos, sendo 3.057 em gozo de benefício de aposentadoria, com uma idade média de 65 anos, 203 usufruindo pensão por morte, com idade média de 56 anos, e 14 Dependentes aguardando pensão a conceder.

• PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO II

O Plano de Benefícios Multifuturo II, também estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pelo Ofício nº 2.183/SPC/COA, de 20 de dezembro de 2002 e foi instituído em janeiro de 2003, estando vigente a redação aprovada pela Portaria PREVIC nº 26, de 12.01.2021 (D.O.U. de 15.01.2021). O plano está sendo patrocinado pelas empresas BADESC, BESCOR, SIM, além do Estado de Santa Catarina e a própria FUSESC. A patrocinadora BESCOR está em processo de liquidação extrajudicial.

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a avaliação atuarial, existiam 160 Participantes, dos quais 157 com idade média de 50 anos, sendo 136 Ativos e 21 em Autopatrocínio, e 3 aguardando o BPD, com idade média de 57 anos. Existiam também 277 Assistidos, sendo 263 em gozo de benefício de aposentadoria, com idade média de 66 anos, e 14 usufruindo pensão por morte, com idade média de 66 anos.

Além dos Planos de Benefícios esta Entidade possui em sua estrutura operacional o Plano de Gestão Administrativa – PGA, conforme disposto nas Resoluções CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, CNPC 48, de 8 de dezembro de 2021 e Instrução PREVIC nº 44 de 23 de novembro de 2021, que tem como finalidade o registro das atividades da gestão administrativa, em conformidade com o seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo por intermédio da Ata nº 204, de 25 de novembro de 2009.

A escrituração contábil desta Entidade é efetuada de forma a segregar os direitos e obrigações de cada Plano de Benefícios, conforme previsto na legislação vigente.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021 (que revogou a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018), Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021 (que alterou a Instrução PREVIC nº 31 de 20 de agosto de 2020), Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a ITG 2001 (NBC TE 11), e as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (NBC T 19.27).

Atendendo as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPs Consolidada, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

Conforme previsto pelos órgãos normativos, além das características já descritas, os registros contábeis são segregados em duas gestões distintas: a Previdencial e a Administrativa, e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade de suas transações.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As principais práticas e critérios contábeis adotados para elaboração das presentes demonstrações contábeis foram as descritas a seguir:

a) Registros das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas /Variações Positivas e Deduções/Variações negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto as adições de contribuições dos Participantes autopatrocinados vinculados ao plano de contribuição variável, que são escrituradas pelo regime de caixa.

b) Provisões Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos Participantes e Assistidos.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos Escritórios de Advocacia e pelo Assessor Jurídico da Entidade que patrocinam a defesa nas demandas judiciais.

d) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vencidos, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto da Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro 2021, e demais alterações.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vencidos:

- I - Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II - Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III - Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- IV - Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- V - Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- VI - Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- VII - Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

A Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa é contabilizada em conta redutora de cada grupo de contas do ativo, quando aplicável, em contrapartida das contas de variações patrimoniais ou resultados.

e) Ativo Realizável

Gestão Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas Patrocinadoras e pelos Participantes e Assistidos.

Gestão Administrativa

Registra os valores a receber vinculados às operações administrativas.

Investimentos

• Renda Fixa

Os títulos de Renda Fixa estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data do balanço, líquidos da respectiva provisão, quando aplicável, para redução ao seu valor de realização.

As Rendimentos/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculada à modalidade de aplicação.

Títulos e Valores Mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e são classificados nas seguintes categorias:

Títulos para Negociação: refere-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição;

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são avaliados pelo seu valor de mercado.

Títulos Mantidos até o Vencimento: são classificados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da EFPC de mantê-los em carteira até o vencimento, que sejam considerados, pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

Com a publicação da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 (revogou a Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020), a aquisição de títulos mantidos até o vencimento só poderá ser realizada para planos de benefícios na modalidade de benefício definido, e apenas para títulos cujo prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos, desde que haja capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento.

A entidade pode manter registrados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” os títulos e valores mobiliários da carteira própria, da carteira administrada ou dos fundos de investimentos exclusivos assim classificados antes da entrada em vigor da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021.

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

• Renda Variável

As aplicações no Mercado de Renda Variável são contabilizadas pelo custo de aquisição, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores. Os custos de transação, como as despesas de corretagem e outras taxas incidentes, deverão ser reconhecidas em contas específicas no resultado do exercício, conforme passou a determinar a Resolução CNPC nº 43/2021 e Instrução Previc nº 31/2020.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial da ação, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável.

Os valores aplicados em Fundos de Investimentos de Renda Variável estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido da valorização da quota até o final do exercício.

• Investimentos Imobiliários

Registra os valores aplicados no mercado imobiliário. Os valores aplicados em Fundos de Investimentos Imobiliários estão demonstrados pelo custo de aquisição acrescido das variações dos valores das quotas de participação até o final do exercício. Os imóveis de uso próprio e aqueles destinados à locação ou participação, acrescidos dos valores de aluguéis ou direitos a receber, estão contabilizados ao custo de aquisição ajustados por reavaliações periódicas efetuadas de acordo com os laudos de avaliação de peritos especializados.

• Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos representam os empréstimos concedidos a Participantes e Assistidos, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados, líquidos das devidas provisões para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos.

f) Ativo Permanente

• Imobilizado

Representa os bens móveis necessários ao funcionamento da Entidade e estão registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear, considerando a aplicação das seguintes taxas:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Computadores e periféricos	20% a.a.
Instalações	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	20% a.a.
Softwares	20% a.a.
Ventiladores – Refrigeradores de AR	25% a.a.

• Intangível

Representa os gastos instalações em imóveis de terceiros e estão registrados ao custo das instalações, amortizados pelo método linear, considerando a aplicação da taxa de 12,5% ao ano.

g) Provisão de Férias, 13º Salário e respectivos encargos

São provisionadas no Plano de Gestão Administrativa, segundo o regime de competência, as férias vencidas e proporcionais, o adicional de um terço de férias e o 13º salário acrescidos dos seus respectivos encargos sociais.

h) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais promovidas em face da Entidade. É constituída e atualizada por intermédio de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos e normatizada pelos Órgãos Estatutários da Entidade,

aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Ata CODEL nº 252, de 27/09/2012, além de adotar os seguintes critérios: efetivar o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e existindo depósito judicial, conforme previsto na Instrução PREVIC nº 31, de 08 de 20 de agosto de 2021, estão sendo registrados em contas do ativo dentro dos seus respectivos grupos: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos, sendo estes atualizados por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo Poder Judiciário em favor da entidade.

i) Receitas Administrativas

De acordo a legislação vigente, Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, revogada e substituída pela Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021, as receitas administrativas são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente, que, conforme previsto atuarialmente, para os exercícios de 2022 e 2021 está assim representado:

- Plano de Benefício I: percentual de 5% sobre as receitas de contribuições mensais para os Assistidos na modalidade de benefício definido e de 1% para os Assistidos que optaram para a modalidade de renda variável, sobre o valor do benefício.
- Plano de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II: percentual de 0,33%, por parte da Patrocinadora e igualmente para os Participantes, sobre o salário de contribuição, enquanto para os Assistidos o custeio administrativo é de 1% sobre o valor do benefício.

j) Operações Administrativas

Atendendo a legislação vigente, Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, e Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA é constituído pelas receitas Previdenciais, de Investimentos e Diretas, deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- Receitas: Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas Específicas: Alocadas diretamente ao plano que as originou;
- Despesas Comuns: Utilização de critério de rateio de equivalência patrimonial pelo Fundo Administrativo de cada plano levando-se em consideração o saldo contábil do final do exercício anterior.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021.

k) Ajustes e eliminações à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes

De acordo com a Instrução PREVIC nº 31/2020 alterada pela Instrução PREVIC nº 44/2021, foram realizados no balancete consolidador os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis, conforme detalhamento na NOTA 10 – Ajustes e Eliminações de Consolidações.

l) Detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação “Outros”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas

De acordo com a Instrução PREVIC nº 31/2020 alterada pela Instrução PREVIC nº 44/2021, os saldos das contas que representam acima de 10% dos seus respectivos grupos, apesar de não estarem demonstrados nas demonstrações contábeis cabe um detalhamento por Plano de Benefícios, como segue: Plano Multifuturo I a) conta 2.01.01.99 Outras Exigibilidades da Gestão Previdencial corresponde ao saldo da conta no valor de R\$ 258 mil (14,29%¹), (R\$ 295 mil (16,66%¹) em 2021), refere-se a credores diversos no valor de R\$ 236 mil (R\$ 236 mil em 2021), e outras no valor de R\$ R\$ 22 mil (R\$ 59 mil em 2021).

¹ percentual do total do grupo de contas vinculado

NOTA 04 – ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Composição Consolidada da Carteira de Investimentos da Entidade estava assim representada:

DESCRIÇÃO	2022	2021
TÍTULOS PÚBLICOS	1.729.221	1.589.555
Títulos Públicos Federais	1.729.221	1.589.555
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	932	10.110
Companhias Abertas	932	10.110
FUNDO DE INVESTIMENTO	809.811	809.249
Ações	-	123.032
Multimercado	596.361	495.311
Multimercado Estruturado	203.285	175.492
Participações	5.210	9.807
Imobiliário	4.955	5.607
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	164.651	160.954
Edificações	162.943	108.052
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	1.708	52.902
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	70.805	71.632
Empréstimos	70.805	71.632
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	25.848	-
Precatórios	25.848	-
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2.801.268	2.641.500

A Entidade administra seus Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA de forma individualizada (segregação real), sendo que para os Investimentos em Imóveis em carteira própria utiliza critério de fração por Plano de Benefícios, na proporção dos seus respectivos patrimônios com data base de 31 de dezembro de 2008.

O saldo das debêntures de emissão da Hauscenter, deduzido das provisões para perdas, em 2022 é de R\$ 932 mil (R\$ 10.110 mil em 2021).

Atendendo a legislação vigente foram constituídas as seguintes provisões para fazer frente a valores de difícil realização:

a) Créditos Privados e Depósitos – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 37.187 mil (R\$ 25.585 mil em 2021), conforme relacionado a seguir:

- O saldo da provisão das debêntures de emissão da Buettner é de R\$ 7.385 mil (R\$ 6.355 mil em 2021). As debêntures foram provisionadas em 100%, tendo em vista que esta apresentou plano de recuperação judicial e posteriormente teve sua falência decretada. A Entidade vem acompanhando o desdobramento da falência e tomando todas as medidas judiciais para recuperação dos valores envolvidos;

- O saldo da provisão das debêntures de emissão da Hauscenter é de R\$ 25.959 mil (R\$ 15.387 mil em 2021). As debêntures estão atreladas à participação de imóveis no World Trade Center de São Paulo e sua última avaliação foi feita no exercício de 2022 onde foi atualizado o provisionamento, passando de 53,33% para 96,57% levando-se em consideração o laudo de avaliação do imóvel e o Patrimônio Social da Hauscenter. As debêntures estão sendo atualizadas pelo mercado e provisionadas de acordo com o último laudo de avaliação de perito independente;

- O saldo da provisão das debêntures de emissão da Teka é de R\$ 3.843 mil (R\$ 3.843 mil em 2021). Foi provisionado o saldo de 100% do valor a receber das debêntures de emissão da Teka – Tecelagem Kuehnrich S.A., tendo em vista que esta apresentou plano de recuperação judicial. A Entidade vem acompanhando o desdobramento do plano de recuperação judicial e tomando todas as medidas judiciais para recuperação dos valores envolvidos, devidamente atualizados nos termos da escritura das debêntures.

b) Ações – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 450 mil (R\$ 450 mil em 2021), conforme relacionado a seguir:

- O saldo da provisão das ações de emissão da Cia Lorenz é de R\$ 450 mil (R\$ 450 mil em 2021). As ações foram provisionadas em 100% do valor de mercado, em razão da empresa estar em processo falimentar.

c) Investimentos Imobiliários – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.141 mil (R\$ 1.982 mil em 2021). As provisões foram constituídas para os valores registrados como aluguéis vencidos, impostos e taxas a receber e alienações a receber. Tais valores estão sendo objetos de negociação e/ou cobrança judicial.

d) Operações com Participantes – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 572 mil (R\$ 974 mil em 2021). As provisões foram constituídas para os mutuários com empréstimos vencidos que se desligaram das patrocinadoras e não solicitaram benefício na Entidade e Participantes e Assistidos com prestações em atrasos. Os valores estão sendo objetos de negociação com os Participantes e/ou cobrança judicial.

4.1 – RENDA FIXA - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS E FUNDOS DE INVESTIMENTO E PRECATÓRIOS

A composição dos Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos, por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa, estavam assim representados:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2022	2021	2022	2021
TÍTULOS PÚBLICOS	514.276	526.400	946.755	832.101
Títulos Públicos Federais	514.276	526.400	946.755	832.101
Notas do Tesouro Nacional	514.276	526.400	916.608	819.979
Letras do Tesouro Nacional	-	-	30.147	12.122
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	312	3.371	497	5.392
Companhias Abertas	312	3.371	497	5.392
Debêntures não Conversíveis	312	3.371	497	5.392
FUNDOS DE INVESTIMENTO	158.971	129.902	473.195	489.424
Renda Fixa	-	-	-	-
Ações	-	40.099	-	63.520
Multimercado	155.456	84.461	467.734	417.686
Direitos Creditórios	-	-	-	-
Participações	1.784	3.384	2.729	5.124
Imobiliário	1.731	1.958	2.732	3.094
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	7.099	-	14.385	-
Precatórios	7.099	-	14.385	-
TOTAL	680.658	659.673	1.420.447	1.326.917

DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		PGA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
TÍTULOS PÚBLICOS	209.381	181.197	58.808	49.856	1.729.221	1.589.555
Títulos Públicos Federais	209.381	181.197	58.808	49.856	1.729.221	1.589.555
Notas do Tesouro Nacional	203.998	179.176	56.654	48.846	1.691.537	1.574.402
Letras do Tesouro Nacional	5.383	2.021	2.154	1.010	37.684	15.153
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	84	926	38	421	932	10.110
Companhias Abertas	84	926	38	421	932	10.110
Debêntures não Conversíveis	84	926	38	421	932	10.110
FUNDOS DE INVESTIMENTO	102.901	117.176	74.743	72.748	809.811	809.249
Renda Fixa	-	-	-	-	-	-
Ações	-	14.138	-	5.276	-	123.032
Multimercado	101.921	101.576	74.535	67.080	799.646	670.803
Direitos Creditórios	-	-	-	-	-	-
Participações	489	907	208	392	5.210	9.807
Imobiliário	491	555	-	-	4.955	5.607
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	3.147	-	1.217	-	25.484	-
Precatórios	3.147	-	1.217	-	25.484	-
TOTAL	315.513	299.299	134.806	123.025	2.565.448	2.408.914

As variações são decorrentes de alocações de recursos entre os segmentos de investimentos, aplicações, resgates e valorização dos investimentos.

4.2 – TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO E TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Atendendo a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 os títulos e valores mobiliários mantidos pela Entidade, passíveis de classificação nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e para negociação na carteira própria e de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais são demonstrados a seguir:

a) Composição das Carteiras e Prazos de Vencimento:

Títulos	2022			2021
	Até 360 Dias	Acima de 360	Total	Total
CARTEIRA PRÓPRIA	87.777	1.642.375	1.730.152	1.599.665
Títulos de Responsabilidade do Governo	87.777	1.641.443	1.729.220	1.589.555
Notas do Tesouro Nacional	87.777	1.603.759	1.691.536	1.574.402
Letras do Tesouro Nacional	-	37.684	37.684	15.153
Créditos Privados e Depósitos	-	932	932	10.110
Debêntures	-	932	932	10.110
FUNDOS EXCLUSIVOS	440.253	156.082	596.335	495.287
Títulos de Responsabilidade do Governo	425.078	82.028	507.106	354.820
Letras Financeiras do Tesouro	415.695	-	415.695	237.973
Notas do Tesouro Nacional		55.544	55.544	55.055
Letras do Tesouro Nacional	9.383	26.484	35.867	61.792
Créditos Privados e Depósitos	15.175	74.054	89.229	140.467
Letras Financeiras	5.532	59.518	65.050	91.490
Debêntures	9.643	14.536	24.179	48.977
TOTAL	528.030	1.798.457	2.326.487	2.094.952

b) Composição por Tipo de Papel:

Títulos	2022	
	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	1.086.228	1.086.228
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos)	415.695	415.695
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	37.684	37.684
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	35.867	35.867
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	65.050	65.050
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	451.278	451.278
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	55.544	55.544
Debêntures (Carteira Própria)	932	932
Debêntures (Fundos Exclusivos)	24.178	24.178
Títulos Mantidos Até o Vencimento	1.240.258	1.256.301
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	1.240.258	1.256.301
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	-	-
TOTAL	2.326.486	2.342.529

b) Composição por Tipo de Papel por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA:

Títulos	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	190.414	190.414	661.039	661.039
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos)	97.500	97.500	226.660	226.660
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	-	-	30.147	30.147
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	8.412	8.412	19.557	19.557
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	15.257	15.257	35.469	35.469
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	50.234	50.234	305.240	305.240
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	13.028	13.028	30.286	30.286
Debêntures (Carteira Própria)	312	312	497	497
Debêntures (Fundos Exclusivos)	5.671	5.671	13.183	13.183
Títulos Mantidos Até o Vencimento	464.042	462.426	611.367	624.591
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	464.042	462.426	611.367	624.591
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	-	-	-	-
TOTAL	654.456	652.840	1.272.406	1.285.630

Títulos	MULTIFUTURO II		PGA	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	151.718	151.718	83.056	83.056
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos)	49.825	49.825	41.710	41.710
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	5.383	5.383	2.154	2.154
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	4.299	4.299	3.599	3.599
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	7.797	7.797	6.527	6.527
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	74.775	74.775	21.028	21.028
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	6.657	6.657	5.573	5.573
Debêntures (Carteira Própria)	84	84	39	39
Debêntures (Fundos Exclusivos)	2.898	2.898	2.426	2.426
Títulos Mantidos Até o Vencimento	129.223	132.707	35.626	36.576
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	129.223	132.707	35.626	36.576
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	-	-	-	-
TOTAL	280.941	284.425	118.682	119.632

A Entidade encaminhou declaração ao banco responsável pela custódia e controle dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e das carteiras de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais, sobre sua capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

4.3 - AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO

De acordo com a Instrução PREVIC nº 33 de 23 de outubro de 2020 (revogou a Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018), e demais legislações pertinentes, demonstramos a seguir os Ajustes de Precificação entre os Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Estes ajustes estão consignados nas Demonstrações do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, posição de 31 de dezembro de 2022 e 2021. Estas regras passaram a serem obrigatórias a partir do encerramento do exercício de 2015.

PLANO BENEFÍCIOS I

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2022	Valor Ajustado a taxa 4,17% ao ano	Valor Ajuste
NTN-B	6,480000	15/05/2023	4.766	19.156	19.309	153
NTN-B	6,743000	15/05/2023	866	3.478	3.508	30
NTN-B	6,757000	15/05/2023	3.915	15.721	15.861	140
NTN-B	5,564000	15/08/2030	15.400	64.555	70.055	5.500
NTN-B	6,469000	15/08/2030	365	1.453	1.660	207
NTN-B	6,230000	15/05/2055	380	1.486	2.015	529
TOTAL			25.692	105.849	112.408	6.559

PLANO MULTIFUTURO I

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2022	Valor Ajustado a taxa 3,87% ao ano	Valor Ajuste
NTN-C	6,184000	01/01/2031	10.367	92.231	104.410	12.179
TOTAL			10.367	92.231	104.410	12.179

PLANO MULTIFUTURO II

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2022	Valor Ajustado a taxa 3,87% ao ano	Valor Ajuste
NTN-B	6,397000	15/08/2024	1.086	4.410	4.575	165
TOTAL			1.086	4.410	4.575	165

4.4 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS EM CARTEIRA PRÓPRIA

A composição da Carteira de Imóveis estava assim representada:

	2022	2021
	Avaliações/ Reavaliações	Avaliações/ Reavaliações
Edificações		
Uso Próprio	1.581	1.664
Locadas a Patrocinadoras	-	-
Locadas a Terceiros	160.897	106.026
Valores a Receber (Aluguéis, Taxas, (-) Provisões e demais)	464	362
Direitos em Alienação de Investimentos Imobiliários	1.708	52.902
	164.650	160.954

No exercício de 2022, de acordo com o laudo de avaliação de peritos independentes emitidos pelas empresas "Oliveira Werchajzer Engenharia S/S.", "Bonin – Engenharia de Avaliações S/S." e "Avalisc – Engenharia de Avaliações" foi realizada a reavaliação de todos os imóveis, respeitando a Instrução SPC nº 44/2021 (que alterou a Instrução PREVIC nº 31/2020).

O resultado da reavaliação está demonstrado como segue:

Demonstrativo de movimentação dos Investimentos Imobiliários - Exercício de 2022					
	2021	Reavaliações de Edificações	Reavaliação de Permutas	Alienações	2022
Uso Próprio	1.664	(83)	-	-	1.581
Locadas à Terceiros	106.026	(3.568)	63.297	(4.857)	160.898
TOTAIS	107.690	(3.651)	63.297	(4.857)	162.479

O Edifício Vitale Residence, empreendimento resultante da permuta de um terreno no ano de 2012 em propriedade dos Planos e registrado em 2021 na conta Direitos em Alienação de Investimentos Imobiliários, foi concluído em julho de 2022 e reavaliado por perito, e os valores da avaliação registrados em imóveis Locados à Terceiros.

Foram alienados em 2022 os seguintes imóveis, localizados no centro de Florianópolis:

Imóveis Alienados em 2022			
Condominio Alpha Centauri	Valor	Lucro/Prejuízo	Mês
Sala 410	198	13	jul/22
Condominio Planel Towers	Valor	Lucro/Prejuízo	Mês
Sala 207 TII	445	33	jul/22
Sala 1203 TII	445	33	set/22
Condominio Vitale Residence	Valor	Lucro/Prejuízo	Mês
Apto 706 BI A e garagens 80 e 99	1.897	(52)	out/22
Apto 406 BI A e garagens 44 e 98	1.802	(97)	out/22

A composição da Carteira de Imóveis por Plano de Benefícios estava assim representada:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2022	2021	2022	2021
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	57.426	56.198	91.804	89.134
Edificações	56.830	37.686	90.852	70.489
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	596	18.512	952	18.645
DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	15.420	15.067	164.650	160.954
Edificações	15.260	10.119	162.942	108.052
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	160	4.948	1.708	52.902

4.5 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição da Carteira de Empréstimos por Plano de Benefícios estava assim representada:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2022	2021	2022	2021
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	14.561	15.087	47.742	48.460
Empréstimos	14.561	15.087	47.742	48.460
DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.502	8.085	70.805	71.632
Empréstimos	8.502	8.085	70.805	71.632

4.6 – RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS

A FUSESC, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por

força do Decreto-Lei nº 2.288, de 24/07/1986, foi obrigada a adquirir, no exercício de 1986, até 30% das suas reservas técnicas nos títulos denominados Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND's), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, a Lei nº 7.738 de 09/03/1989, extinguiu a OTN e adotou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) como parâmetro de atualização monetária. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 04/06/1990, informou às entidades de previdência complementar que o rendimento das OFND's, indexado ao valor do BTN, deixaria de acompanhar a variação do IPC. Foi ainda expedida a Portaria nº 948/1991 para impedir que as entidades fechadas recorressem ao Judiciário com o intuito de fazer prevalecer o IPC como índice de atualização e para não poderem utilizar as OFND's como meio de pagamento em processo licitatório do Programa Nacional de Desestatização.

Em virtude da expressa violação de direitos configurada, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em nome de suas associadas, ajuizou ação cautelar (processo nº 91.0106582-3 perante a 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) e ação ordinária (processo nº 91.0123902-3 que tramitou perante a 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) contra a UNIÃO FEDERAL, o BNDES e o FND visando receber a devida remuneração pelos títulos obrigatoriamente adquiridos. Este processo transitou em julgado, sendo que a decisão reconheceu que os títulos OFND's deveriam ser corrigidos pelo IPC ao invés da BTN, assegurando os direitos da FUSESC, como das demais associadas.

Em 25/05/2016, a ABRAPP distribuiu ação de liquidação da sentença proferida nos autos da ação coletiva ordinária de n.º 91.0123902-3, da 23ª Vara Federal, movida pela ABRAPP contra a União Federal. A União Federal, em sua defesa, apresentada em 13/12/2016, impugnou diversos pontos processuais e, no mérito.

Em novembro de 2021, houve negociação da ABRAPP, em favor das EFPCs (dentre os quais a FUSESC). A matéria foi deliberada, em 23/11/2021, em Assembleia da ABRAPP.

Com a aprovação do acordo, ocorreu a homologação em 28/03/2022 pelo Juízo, tendo sido expedido o precatório nº 5003167-39.2022.4.02.9388 em 31/03/2022.

No dia 17 de outubro de 2022, a PREVIC encaminhou às EFPC o Ofício Circular nº 19/2022/PREVIC indicando que os registros dos créditos judiciais decorrentes de correção monetária aplicável às OFND aplicar o parâmetro de técnica ou modelo de precificação dos precatórios considerando a taxa de juros atuarial e o indexador inflacionário do respectivo plano previdencial ao qual o precatório foi registrado, bem como o prazo previsto para o pagamento do precatório.

Em novembro de 2022, o Escritório Siqueira Castro antigo prestador de serviços jurídicos contratado pela ABRAPP em determinada fase do processo, ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial em face da ABRAPP pleiteando recebimento de honorários de êxito. Após a citação da Associação esta decidiu dar entrada em Embargos de Execução (recurso de defesa).

Ocorre que, em 09/12/2022, o Escritório Siqueira Castro solicitou o bloqueio das contas da Abrapp o que fez com que essa Associação fizesse o depósito da garantia do juízo em 09/12/2022, para evitar o bloqueio das contas da Associação. Os valores do depósito foram rateados entre as 88 EFPC participantes do Acordo firmado com a União proporcionalmente aos seus créditos.

Em maio de 2022 a Fusesc efetuou o registro contábil dos recursos a receber, adotando o critério de rateio conforme os recursos garantidores dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa, posicionados em 30.04.2022, e assim representados em 31.12.2022:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2022	2021	2022	2021
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	7.099	-	14.385	-
Precatórios	7.099	-	14.385	-

DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		PGA	
	2022	2021	2022	2021
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	3.147	-	1.217	-
Precatórios	3.147	-	1.217	-

NOTA 05 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os valores registrados como exigível operacional são, substancialmente, decorrentes das obrigações relativas à concessão de benefícios e obrigações fiscais (Gestão Previdencial), provisões e as obrigações fiscais e de pessoal e encargos (Gestão Administrativa), operações de créditos privados – debêntures, operações de imóveis – edificações e as obrigações fiscais e empréstimos (Investimentos).

NOTA 06 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL E ATIVO CONTINGENTE

Em função das demandas judiciais, a Entidade atendendo as normas contábeis, constitui provisões referentes a: expurgos inflacionários, em 2022, no valor de R\$ 9.709 mil (R\$ 10.551 mil em 2021), valor este que abrange os Participantes, os Assistidos, Ex-Participantes e Ex-Assistidos, demandantes da ação judicial, distribuídas entre os Planos de Benefícios I no valor de R\$ 61 mil (R\$ 55 mil em 2021), Multifuturo I no valor de R\$ 9.363 mil (R\$ 10.238 mil em 2021) e Multifuturo II no valor de R\$ 285 mil (R\$ 258 mil em 2021); trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 8.481 mil (R\$ 9.254 mil em 2021), demandadas nos Planos de Benefícios I no valor de R\$ 8.481 mil (R\$ 9.070 mil em 2021), e Multifuturo I no valor de R\$ 0 mil (R\$ 184 mil em 2021).

Como consequência das ações trabalhistas, cíveis e tributárias promovidas em face da Entidade, foram efetuadas, por exigência legal, uma série de depósitos judiciais. Tais valores correspondem em 2022 ao montante de R\$ 12.800 mil (R\$ 14.374 mil em 2021), distribuídas entre os Planos de Benefícios I no valor de R\$ 2.357 mil (R\$ 2.720 mil em 2021), Multifuturo I no valor de R\$ 9.980 mil (R\$ 11.191 mil em 2021), Multifuturo II no valor de R\$ 323 mil (R\$ 323 mil em 2021), e PGA no valor de R\$ 140 mil (R\$ 140 mil em 2021).

NOTA 07 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram determinadas nos exercícios de 2022 e 2021 pela consultoria atuarial independente Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que adotou nas Avaliações Atuariais, os seguintes regimes e métodos de financiamento:

- **No Plano de Benefícios I** (plano de contribuição variável, em extinção):
 - Para avaliação do benefício de auxílio-doença, foi adotado o Regime de Repartição Simples;

- Para os demais benefícios, o Regime de Capitalização, com o Método Agregado.

• **Nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II** (planos de contribuição variável):

- Para avaliação do benefício de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, foi adotado o Regime de Capitalização, com o Método Agregado;

- Para os demais benefícios, o de Regime de Capitalização Financeira.

As hipóteses econômicas e demográficas utilizadas nas avaliações de 2022 e 2021 estão demonstradas, como segue:

TIPO DE HIPÓTESE, conforme CPA 003 (¹)	AVALIAÇÃO 2022	AVALIAÇÃO 2021
	DATA-BASE: Dezembro - 2022	DATA-BASE: Dezembro - 2021
ECONÔMICAS/FINANCEIRAS		
Retorno dos Investimentos	Plano I: INPC + 4,17% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 3,87% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,87% a.a.	Plano I: INPC + 4,17% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 3,87% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,87% a.a.
Crescimento Salarial	Plano I: INPC + 1,14% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 2,92% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,20% a.a.	Plano I: INPC + 1,14% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 2,92% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,20% a.a.
Crescimento do Teto do INSS	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Reajuste de Benefícios	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Fator de Capacidade Salarial e de Benefício	98%	98%
BIOMÉTRICAS		
Mortalidade	AT-2000 - Desagravada em 15% segregada por sexo	AT-2000 - Desagravada em 15% segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT 49- M	AT 49- M
Entrada em Invalidez	Light Fraca desagravada em 20%	Light Média desagravada em 30%
DEMOGRÁFICAS		
Rotatividade	Nula	Nula
Composição Familiar		
Benefícios a Conceder:	Família Média	Família Média
Percentual de Casados:	90%	90%
Diferença de idade entre titular e cônjuge:	04 anos (²)	04 anos (²)
Dependente Temporário até os 24 anos:	Um temporário de idade "Z", sendo $Z = 24 - \text{máximo entre } [0; (80 - x)/2]$.	Um temporário de idade "Z", sendo $Z = 24 - \text{máximo entre } [0; (80 - x)/2]$.
Benefícios Concedidos:	Família Real (conforme cadastro dos participantes).	Família Real (conforme cadastro dos participantes).
(¹) Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA 003 - Classificação de Hipóteses Atuariais		
(²) Na diferença de idade entre titular "x" e cônjuge "y", considera-se que para titular masculino, $y = x - 4$; para titular feminino, $y = x + 4$.		

Os resultados das avaliações destes três planos foram posicionados separadamente, conforme demonstram os pareceres atuariais datados de 03 de março de 2023 e 22 de fevereiro de 2022, para os exercícios de 2022 e 2021, respectivamente.

Apresentamos a seguir, o Demonstrativo da Composição Consolidada das Provisões Matemáticas da Entidade, em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	2022	2021
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.628.188	1.610.632
Contribuição Definida	922.034	916.212
Benefício Definido	706.154	694.420
BENEFÍCIOS A CONCEDER	758.329	706.367
Contribuição Definida	685.591	594.240
Benefício Definido	72.738	112.127
TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.386.517	2.316.999

• Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

É a diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Entidade, em relação aos destinatários em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos em favor da Entidade, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

• Provisão Matemática de Benefícios a Conceder

No Plano de Benefícios I e para os benefícios de risco dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela Entidade, em relação aos Participantes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos em favor da Entidade, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

Para os benefícios programáveis dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias dos Participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, com as atualizações devidas conforme dispõe o regulamento dos planos.

NOTA 08 – RESULTADO ACUMULADO

O Resultado Acumulado consolidado da Entidade é superavitário, correspondendo em 31 de dezembro de 2022 ao montante de R\$ 216.333 mil (R\$ 135.494 mil em 2021) caracterizando assim, uma suficiência patrimonial em relação aos compromissos totais. Ressalta-se que o superávit em relação ao exercício de 2022 foi no valor de R\$ 80.840 mil (R\$ 5.460 mil em 2021) e ocorreu, principalmente, positivamente em função do resultado da avaliação atuarial onde houve movimentações e alterações cadastrais, alteração da tábua de entrada em invalidez e desempenho da rentabilidade efetiva dos ativos superior à meta atuarial dos Planos, no exercício de 2022.

Em atendimento a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o superávit técnico foi classificado em Reserva de Contingência (valor que representa o limite máximo de até 25% levando em consideração a proporção à duração: 10% + (duration X 1%) sobre as provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder composto sobre a forma de Benefícios Definidos) no valor de R\$ 113.772 mil (R\$ 109.615 mil em 2021), e o que excedeu/reverteu foi lançado em Reserva para Revisão do Plano no valor de R\$ 25.879 mil.

Em 31 de dezembro de 2022 o cálculo da Duration do Passivo dos Planos de Benefícios estava assim composto: No Plano de Benefícios I de 8,70 anos (104 meses), Plano Multifuturo I de 15,34 anos (184 meses), e Plano Multifuturo II de 14,47 anos (173 meses), adicionando a 10% e respeitando o limite máximo de 25% para registro das Reservas de Contingências das Provisões Matemáticas BD, os limites ficaram em 18,70%, 25% e 24,47%, respectivamente.

O Resultado Acumulado superavitário por Plano de Benefícios está assim demonstrado: Plano de Benefícios I corresponde ao montante de R\$ 64.362 mil (R\$ 50.814 mil em 2021), obtendo uma rentabilidade no exercício de 11,67%; Plano de Benefícios Multifuturo I corresponde ao montante de R\$ 134.932 mil (R\$ 75.054 mil em 2021), rentabilidade de 11,74%; Plano de Benefícios Multifuturo II corresponde ao montante de R\$ 17.039 mil (R\$ 9.625 mil em 2021), rentabilidade de 11,70%. A meta atuarial no exercício para o Plano de Benefícios I foi de 10,39% (INPC acumulado mês anterior (dez/21 a nov/22) de 5,97% + taxa de juros de 4,17% ao ano) e para os Planos Multifuturo I e Multifuturo II foi de 10,08% (INPC acumulado mês anterior (dez/21 a nov/22) de 5,97% + taxa de juros de 3,87% ao ano). Aos Participantes e Assistidos que, respectivamente, acumulam e recebem seus benefícios na forma de saldo de conta, a rentabilidade é creditada diretamente em seu saldo acumulado não se associando à meta atuarial.

NOTA 09 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 135.022 mil (R\$ 123.305 mil em 2021).

O Fundo dos Investimentos foi constituído com recursos arrecadados por meio da taxa de quitação por morte dos empréstimos liberados aos Participantes e Assistidos. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.735 mil (R\$ 3.506 mil em 2021). A constituição por Plano de Benefícios está composta pelo Plano Benefícios I no valor de R\$ 1.789 mil (R\$ 1.716 mil em 2021), Multifuturo I no valor de R\$ 1.640 mil (R\$ 1.509 mil em 2021) e Multifuturo II no valor de R\$ 306 mil (R\$ 281 mil em 2021).

O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo, por exigência regulamentar, foi constituído atuarialmente nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, como resultado dos saldos de contas formadas pelas contribuições realizadas exclusivamente pelas Patrocinadoras, relativos aos ex-Participantes desligados dos respectivos planos e que resgataram suas contribuições pessoais. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 13.792 mil (R\$ 11.606 mil em 2021), correspondendo ao Plano Multifuturo I o valor de R\$ 13.579 mil (R\$ 11.415 mil em 2021) e Multifuturo II o valor de R\$ 213 mil (R\$ 191 mil em 2021).

O Fundo Previdencial de Revisão de Plano no Plano Multifuturo II, foi constituído atuarialmente relativos aos exercícios de 2015 e 2018 cujo montante é de R\$ 26.157 mil (R\$ 28.696 mil em 2021), sendo o de 2015 no valor de R\$ 19.719 mil (R\$ 20.218 mil em 2021) e o de 2018 no valor de R\$ 6.438 mil (R\$ 8.478 mil em 2021 mil). Este Fundo está dividido em Participantes e Assistidos no valor de R\$ 15.433 mil e Patrocinadoras no valor de R\$ 10.724 mil, e vem sendo mantido e atualizado pela rentabilidade do plano (variação da cota patrimonial).

A destinação deste Fundo começou a ser distribuído no mês de dezembro de 2021, com estimativa de duração de 36 meses, como segue:

a) Para o superávit de 2015, os ativos, autopatrocinados e BPDs que permanecem vinculados

ao Plano Multifuturo II e que tem direito ao superávit terão redução de 40% das contribuições básica e administrativa. Os assistidos de renda vitalícia que têm direito ao superávit receberão Benefício Especial Temporário (BET) equivalente a 9% do benefício efetivo. Para os ativos que se aposentaram ou vierem a se aposentar, o superávit será destinado com redução de 40% da contribuição administrativa e BET de 9% aplicado sobre o benefício projetado calculado atuarialmente à época, atualizado pelo INPC anualmente no mês de setembro, independente da forma de renda escolhida, e para as patrocinadoras, serão reduzidas as contribuições normal, de risco e administrativa no percentual de 35%.

b) Para o superávit de 2018, os ativos, autopatrocinados e BPDs que permanecem vinculados ao Plano Multifuturo II e que tem direito ao superávit terão redução de 60% das contribuições básica e administrativa. Os assistidos de renda vitalícia que têm direito ao superávit receberão Benefício Especial Temporário (BET) equivalente a 9,5% do benefício efetivo. Para os ativos que se aposentaram ou vierem a se aposentar, o superávit será destinado com redução de 60% da contribuição administrativa e BET de 9,5% aplicado sobre o benefício projetado calculado atuarialmente à época, atualizado pelo INPC anualmente no mês de setembro, independente da forma de renda escolhida, e para as patrocinadoras, serão reduzidas as contribuições normal, de risco e administrativa no percentual de 65%.

NOTA 10 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÕES

DESCRIÇÃO	Plano I	Multifuturo I	Multifuturo II	PGA	Ajustes e Eliminações Nota 03, item k	Consolidado
ATIVO	792.157	1.668.821	354.271	136.237	(135.047)	2.816.440
<u>Disponível</u>	354	226	225	448	-	1.253
<u>Realizável</u>	791.803	1.668.595	354.046	135.051	(135.047)	2.814.449
Previdencial	2.459	9.998	504	-	-	12.962
Administrativo	36.698	84.219	14.105	245	(135.047)	220
Participações Fundo Administrativo	36.698	84.219	14.105	-	(135.022)	-
Contas a Receber	-	-	-	25	(25)	-
Despesas Antecipadas	-	-	-	72	-	72
Depósitos Judiciais/Recurais	-	-	-	140	-	140
Tributos a Compensar	-	-	-	-	-	-
Investimentos	752.646	1.574.378	339.437	134.806	-	2.801.267
Permanente	-	-	-	738	-	738

DESCRIÇÃO	Plano I	Multifuturo I	Multifuturo II	PGA	Ajustes e Eliminações Nota 03, item k	Consolidado
PASSIVO	792.157	1.668.821	354.271	136.237	(135.047)	2.816.440
Operacional	592	1.867	383	1.075	(25)	3.892
Previdencial	560	1.805	368	0	(25)	2.707
Administrativo	0	0	0	1.069	-	1.069
Investimentos	32	62	15	6	-	115
Contingencial	10.899	19.343	609	140	-	30.991
Previdencial	10.899	19.343	609	0	-	30.851
Administrativo	0	0	0	140	-	140
Investimentos	0	0	0	0	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	780.666	1.647.611	353.279	135.022	(135.022)	2.781.557
Patrimônio de Cobertura do Plano	742.179	1.548.174	312.498	0	-	2.602.851
Provisões Matemáticas	677.817	1.413.241	295.460	0	-	2.386.517
Equilíbrio Técnico	64.362	134.933	17.038	0	-	216.333
Fundos	38.487	99.437	40.781	135.022	(135.022)	178.706
Fundos Previdenciais	0	13.578	26.371	0	-	39.950
Fundos Administrativos	36.698	84.219	14.104	135.022	(135.022)	135.022
Fundos dos Investimentos	1.789	1.640	306	0	-	3.735

NOTA 11 – PARTES RELACIONADAS

A Entidade possui as seguintes transações com partes relacionadas:

a) Contribuições previdenciárias e as administrativas da parte dos participantes do Badesc do Plano Multifuturo II, corresponde ao valor de R\$ 181 mil (R\$ 54 mil em 2021) e no valor de R\$ 0 mil (R\$ 0 mil em 2021), respectivamente;

b) A Patrocinadora Banco do Brasil administra o Fundo Exclusivo FI BB AGATA II, cuja posição em 31 de dezembro de 2022 soma o montante nos Planos no valor de R\$ 596.353 mil (R\$ 495.311 mil em 2021), tendo como cobrança, no ano, de taxa de administração e demais despesas o valor de R\$ 442 mil (R\$ 355 mil em 2021);

c) Os demais valores consignados nos balancetes dos Planos de Benefícios, tais como: disponibilidade no Banco do Brasil, Plano Benefícios I no valor de R\$ 341 mil (R\$ 93 mil em 2021), Plano Multifuturo I no valor de R\$ 205 mil (R\$ 0 mil em 2021), Plano Multifuturo II no valor de R\$ 221 mil (R\$ 118 mil em 2021), e PGA no valor de R\$ 440 mil (R\$ 343 mil em 2021); adiantamentos a participantes de abono anual e devedores diversos, Plano Benefícios I no valor de R\$ 102 mil (R\$ 92 mil em 2021), Plano Multifuturo I no valor de R\$ 19 mil (R\$ 17 mil em 2021); benefícios a pagar e restituições a participantes, Plano Benefícios I no valor de R\$ 92 mil (R\$ 91 mil em 2021), Plano Multifuturo I no valor de R\$ 1.216 mil (R\$ 1.126 mil em 2021), Plano Multifuturo II no valor de R\$ 9 mil (R\$ 8 mil em 2021); credores diversos e outros, Plano Benefícios I no valor de R\$ 1 mil (R\$ 1 mil em 2021), Plano Multifuturo I no valor 236 mil (R\$ 236 mil em 2021), Plano Multifuturo II no valor de R\$ 0 mil (R\$ 0 mil em 2021), e PGA no valor de R\$ 7 mil (R\$ 2 mil em 2021);

d) Membros Ocupantes de Funções Estratégicas

A Entidade possui 16 (dezesesseis) conselheiros, sendo 6 (seis) deliberativos efetivos e 3 (três) suplentes, 4 (quatro) fiscais efetivos e 3 (três) suplentes e 2 (dois) diretores: um Diretor Superintendente, e um Diretor Financeiro e Administrativo.

Os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal recebem remuneração por reunião em que esteja presente, que totalizou R\$ 647 mil em 2022 (R\$ 558 mil em 2021).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos à Diretoria Executiva totalizaram R\$ 1.423 mil em 2021 (R\$ 1.327 mil em 2021).

Todos os membros dos Órgãos Estatutários são participantes e assistidos dos Planos de Benefícios da Entidade podendo realizar operações de empréstimos nas mesmas condições dos demais, respeitando o regulamento de empréstimo.

12. CNPJ POR PLANO

O Conselho Nacional de Previdência Complementar publicou em 11/12/2018 a Resolução CNPC nº 31/2018, instituindo o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ para que cada plano de benefícios administrado pela EFPC possa ter total independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, dando com isso uma identidade própria e individualizada em todos os aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos, conforme estabelece a Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001, em seu artigo 34 - I - b. O prazo para as EFPC se adequarem à Resolução CNPC nº 31/2018 era inicialmente de três anos, ou seja, em 31/12/2021.

Em 2021, por meio de sua Resolução nº 46, de 01/10/2021, o CNPC prorrogou o prazo de adequação por parte das EFPC para mais um ano, determinando como prazo final para a adequação dos procedimentos visando a adequação operacional do CNPJ nos EFPC o dia 31/12/2022.

Conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 5º da Resolução CNPC 46/2021, "a inscrição no CNPJ não confere personalidade jurídica própria aos planos de benefícios". A Receita Federal do Brasil emitiu Nota RFB/SUFIS nº 8, de 10/10/2022, relatando que não haverá reflexos na forma de prestação das informações pelas EFPC à Receita Federal do Brasil, haja vista que os leiautes das obrigações acessórias a serem prestadas pelas entidades não exigem o detalhamento de informações por plano de benefício.

A Receita Federal do Brasil, através do Ato Executivo COCAD Nº 4/2022, informou às Entidades Fechadas de Previdência sobre a criação do CNPJ para os planos previdenciais, disponibilizando o número da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Para os planos de benefícios previdenciais administrados pela FUSESC foram criados os seguintes CNPJs pela Receita Federal do Brasil:

CNPJ 48.306.584/0001-54 – Plano de Benefícios I

CNPJ 48.307.153/0001-02 – Plano de Benefícios Multifuturo I

CNPJ 48.307.181/0001-20 – Plano de Benefícios Multifuturo II

A Resolução CNPC nº 56 de 14/12/2022 e a Instrução Previc nº 19 de 22/12/2022 definiram como data final para a adequação da estrutura operacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar o dia 30 de junho de 2023. A FUSESC iniciou os procedimentos administrativos

necessários visando as adequações operacionais da Entidade para a operacionalização dos CNPJ dos planos de benefícios previdenciais em 2022, objetivando concluir todo o processo no prazo legal estabelecido.

13. MUDANÇA DA LEGISLAÇÃO

RESOLUÇÃO PREVIC Nº 18, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

A referida resolução consolidou as Instruções Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, Instrução Previc nº 40, de 22 de junho de 2021, Instrução Previc nº 42, de 11 de outubro de 2021 e Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021. A resolução Previc 18/2022 dispõe sobre os procedimentos contábeis, o plano contábil padrão, a função e o funcionamento das contas e a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e os critérios para a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

A partir de 1º de janeiro de 2023 as Entidades passarão a classificar os ativos financeiros sujeitos a risco de crédito em ordem crescente de nível de risco e constituir provisões para perdas esperadas, de acordo com os percentuais definidos nos intervalos para cada nível estabelecido na Legislação.

A classificação do ativo de acordo com o risco de crédito será de responsabilidade da Entidade e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas. A vigência da resolução Previc nº 18/2022 terá início a partir de 1º de janeiro de 2023.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE – ITG 2001 – ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A ITG 2001 estabelece critérios e procedimentos específicos para a estruturação das demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, para o registro das operações e das variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotados pelas EFPC, no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade atualizou o referido normativo, publicado inicialmente em 22 de janeiro de 2010, visando o alinhamento procedimental com as normatizações contábeis emitidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar e Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A nova letra do normativo passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023, e não trará impacto na política contábil da EFPC.

Luiz Aurélio de Oliveira

Diretor Superintendente

CPF Nº 502.116.849-53

Carlos Eduardo Pitz

Diretor Financeiro e Administrativo

CPF Nº 005.650.579-52

Vandoir Specht

Contador

CRC/SC 028.290/O-0

CPF Nº 018.210.929-10

2. Pareceres

2.1. Parecer Atuarial – Plano Multifuturo I

Introdução

A Avaliação Atuarial, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios, pela apuração do montante das reservas (provisões) matemáticas, e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial.

Assim, este relatório visa apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2022 do seguinte plano de benefícios previdenciários administrado pela FUSESC – Fundação CODESC de Seguridade Social:

PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO I – MFI, CNPB nº 2002.0006-38 | CNPJ nº 48.307.153/0001-02

O relatório também discorrerá a respeito da situação de solvência do plano de benefícios, bem como apresentará a proposta de plano de custeio para o exercício de 2023 e o parecer atuarial conclusivo em relação à situação de solvência do plano e eventuais necessidades de ações para reestabelecimento do equilíbrio técnico do plano, em conformidade com a legislação vigente.

Data-base

Os resultados da Avaliação Atuarial estão posicionados na data-base de 31/12/2022, sendo que as bases cadastrais utilizadas nos estudos refletem as informações cadastrais dos participantes e assistidos nesta mesma data (31/12/2022).

Metodologia de trabalho

A Mirador realizou a Avaliação Atuarial do plano administrado pela FUSESC considerando o disposto nos seus respectivos Regulamento e Nota Técnica Atuarial, os princípios atuariais aceitos internacionalmente, a legislação vigente, os Pronunciamentos Atuariais publicados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA, dentre os quais destacam-se o CPA 001 – Princípios Atuariais e o CPA 003 – Classificação de Premissas Atuariais, bem como outros padrões de práticas atuariais internacionais adotados pela Mirador na condução dos seus trabalhos.

Revisão dos dados cadastrais

A base cadastral é um dos principais insumos para a realização da avaliação atuarial, pois apresenta os dados cadastrais os participantes, assistidos e beneficiários utilizados para realização dos cálculos atuariais. Portanto, todas as bases cadastrais disponibilizadas pela EFPC e utilizadas na avaliação atuarial foram submetidas a processo de revisão, conduzido de acordo com o padrão ASOP nº 23 – Data quality, em que a Mirador realiza diversos testes

de consistência nas bases cadastrais e informações recebidas, reportando à EFPC quaisquer inconsistências identificadas e confirmando as estatísticas cadastrais, visando determinar a qualidade dos dados, a consistência desses para o propósito da avaliação atuarial e se esses são suficientemente completos para a realização dos estudos.

Limitações do trabalho

A Mirador realizou revisão das bases cadastrais disponibilizadas pela EFPC e, ao fim do processo, considerou a qualidade, completude e atualização das bases adequadas para fins de realização da Avaliação Atuarial. Porém, cabe destacar que a revisão é um processo que visa determinar se os dados aparentam ser razoáveis e consistentes para o objetivo do estudo, não se tratando de uma auditoria das bases cadastrais, sendo da EFPC a responsabilidade pela correção dos dados informados.

Não foram objeto de análise pela Mirador as informações relativas ao patrimônio dos planos, tais como critérios de contabilização e precificação dos ativos, bem como aos exigíveis operacionais e contingenciais e fundos (exceto os fundos previdenciais).

Contexto Normativo

Para realização do presente trabalho, considerou-se o contexto normativo do sistema de previdência complementar fechada Brasileiro, em que se destacam:

<p>REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</p> <p>Leis Complementares nº 108 e 109/2001</p> <p>Estabelece os fundamentos do Regime de Previdência Complementar e dos planos de benefícios, bem como define as responsabilidades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).</p>	<p>ASPECTOS TÉCNICOS-ATUARIAIS, APURAÇÃO E TRATAMENTO DE RESULTADOS</p> <p>Resolução CNPC nº 30/2018</p> <p>Define dos procedimentos a serem observados pelas EFPC na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação.</p>
<p>PROCEDIMENTOS ATUARIAIS E ESTUDOS DE ADEQUAÇÃO</p> <p>Instrução Previc nº 33/2020</p> <p>Define os critérios técnico-atuariais para duração do passivo, taxa de juros parâmetro, ajuste de precificação, estudo de adequação das premissas, bem como os detalhamentos a serem adotados nas EFPC em caso de processo de superávit ou déficit.</p>	<p>PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS</p> <p>Instrução Previc nº 31/2020</p> <p>Estabelece normas e procedimentos contábeis das EFPC, bem como estrutura o plano contábil padrão e explica detalhes sobre as contas e envio das demonstrações contábeis.</p>

Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento (também conhecidos como métodos atuariais) foram mantidos os mesmos da avaliação atuarial do encerramento do exercício anterior e estão adequados às características do plano de benefícios, bem como atendem às exigências previstas na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, conforme apresentados na tabela abaixo, por benefício.

Benefício	Regime financeiro	Método de financiamento
Aposentadoria Normal e reversão em pensão	Capitalização	Financeira
Aposentadoria Antecipada e reversão em pensão	Capitalização	Financeira
Aposentadoria por Invalidez e reversão em pensão	Capitalização	Agregado
Pensão por Morte de Ativo	Capitalização	Agregado
Pensão por Morte de Assistido	Capitalização	Financeira
Benefício Proporcional	Capitalização	Financeira
Abono Anual	Conforme benefício mensal	

Dados estatísticos:

Participantes	31/12/2021	31/12/2022
Ativos	Total	Total
Ativo	1846	1818
Autopatrocinado	130	126
Aux. Doença menos de 24 meses	5	2
Ativo falecido - aguardando pensão	4	6
Ativo falecido - aguardando resgate herdeiros	3	4
Ativo aguardando opção instituto	10	6
Frequência A CONCEDER	1998	1962
Idade média (em anos)	45	46
Tempo Médio de Plano (em anos)	17	18
Tempo para Aposentadoria (em anos)	15	14
Tempo Médio de Empresa (em anos)	17	18
Folha de Salário de Participação mensal (em R\$)	17.707.085,28	18.981.830,97
Salário Médio mensal (em R\$)	8.862,41	9.674,74

Aguardando BPD	Total	Total
Frequência	27	25
Idade média (em anos)	51	49

Assistidos	31/12/2021	31/12/2022
Aposentados	Total	Total
Aposentadoria Normal	335	330
Aposentadoria Antecipada	2644	2571
Aposentadoria por Invalidez	101	101
BPD concedido	50	55
Aguardando Pagamento de Saldo para Herdeiros	6	0
Frequência TOTAL DE APOSENTADOS	3136	3057
Idade média dos assistidos (em anos)	65	65
Folha Benefício mensal (em R\$)	5.609.841,89	5.692.846,09
Benefício médio mensal (em R\$)	1.788,85	1.862,23

Assistidos	31/12/2021	31/12/2022
Pensionistas	Total	Total
Pensão por Morte de Ativo	49	47
Pensão por Morte de Assistido	180	193

Frequência de PENSIONISTAS	229	240
Frequência de GRUPOS DE PENSÕES	189	203
Idade média (em anos)	53	56
Folha Benefício mensal (em R\$)	338.964,19	376.305,98
Benefício médio mensal (em R\$)	1.480,19	1.567,94
Aguardando Pensão	10	14
Aguardando Pagamento de Saldo para Herdeiros	0	7

Passivo Atuarial:

(Valores em R\$)	2021	2022	Variação
PMBC	762.488.731,62	768.100.321,72	→ 0,74%
Saldo de Conta dos Assistidos	648.059.744,97	650.549.848,59	→ 0,38%
VABF Programados	72.147.301,96	73.806.231,49	→ 2,30%
VABF Não-Programados	42.281.684,69	43.744.241,64	→ 3,46%
VACF Participantes	-	-	→ 0,00%
VACF Patrocinadores	-	-	→ 0,00%
PMBaC	602.399.261,71	645.140.682,97	↑ 7,10%
Saldo de contas - parcela Patrocinadoras	233.769.689,26	269.608.351,20	↑ 15,33%
Saldo de contas - parcela Participantes	273.094.927,39	316.035.956,37	↑ 15,72%
Saldo de contas - parcela portada de EFPC	-	-	→ 0,00%
Saldo de contas - parcela portada de EAPC	35.803,86	40.006,21	↑ 11,74%
VABF Programados	-	-	→ 0,00%
VABF Não-Programados	95.498.841,20	59.456.369,19	↓ -37,74%
VACF Participantes	-	-	→ 0,00%
VACF Patrocinadoras	-	-	→ 0,00%
(=) Passivo Atuarial	1.364.887.993,33	1.413.241.004,69	→ 3,54%

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)

A PMBC representa o valor presente das obrigações líquidas do plano de benefícios com os atuais assistidos, ou seja, com os participantes ou seus dependentes que, na data da avaliação atuarial, já percebem benefícios previdenciários do plano, tais como aposentadorias e pensões.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)

A PMBaC representa o valor presente das obrigações líquidas do plano de benefícios com os atuais participantes em atividade, ou seja, com os participantes ou seus dependentes que, na data da avaliação atuarial, ainda não percebem benefícios previdenciários do plano.

Situação patrimonial:

(Valores em R\$)	2021	2022	Variação
Ativo Total	1.553.730.267,61	1.668.821.330,15	↑ 7,41%
(-) Exigível Operacional	1.798.677,16	1.867.006,77	→ 3,80%
Gestão Previdencial	1.771.043,01	1.804.768,65	→ 1,90%
Gestão Administrativa	-	-	→ 0,00%
Investimentos	27.634,15	62.238,12	↑ 125,22%
(-) Exigível Contingencial	21.612.788,55	19.342.953,50	↓ -10,50%
Gestão Previdencial	21.612.788,55	19.342.953,50	↓ -10,50%
Gestão Administrativa	-	-	→ 0,00%
Investimentos	-	-	→ 0,00%
(=) Patrimônio Social	1.530.318.801,90	1.647.611.369,88	↑ 7,66%
(-) Fundos	90.376.415,35	99.438.043,61	↑ 10,03%
Previdenciais	11.415.115,41	13.578.749,76	↑ 18,95%
Administrativos	77.452.293,29	84.219.464,53	↑ 8,74%
Fundos Para Garantia Das Operações Com Participantes	1.509.006,65	1.639.829,32	↑ 8,67%
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	1.439.942.386,55	1.548.173.326,27	↑ 7,52%

Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura é definido como o somatório de todos os Ativos (bens e direitos) do Plano, líquido dos exigíveis (operacionais e contingenciais), fundos (administrativos, de investimento e previdenciais) e dos resultados a realizar. Assim, o Patrimônio de Cobertura também pode ser entendido como o Ativo Líquido do Plano, subtraído desse os fundos previdenciais.

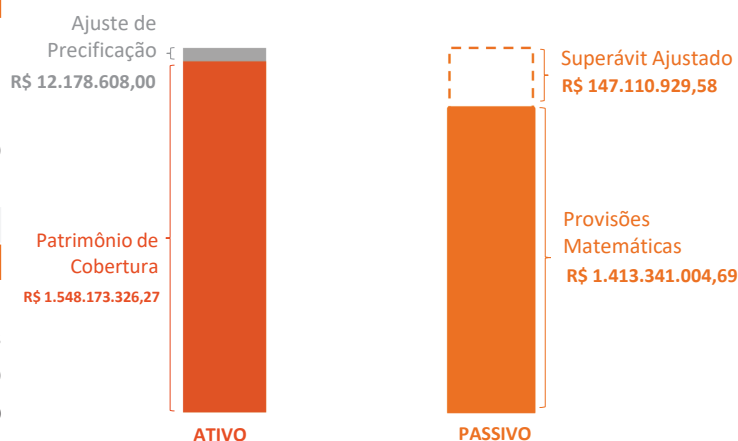
Solvência:

(Valores em R\$)	2021	2022	Varição
Patrimônio de Cobertura (parcela BD)	284.982.221,07	311.939.163,90	↑ 9,46%
Provisões Matemáticas (parcela BD)	209.927.827,85	177.006.842,32	↓ -15,68%
(+) Passivo Atuarial (parcela BD)	209.927.827,85	177.006.842,32	↓ -15,68%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	→ 0,00%
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	75.054.393,22	134.932.321,58	↑ 79,78%
(+/-) Ajuste Precificação	12.958.224,00	12.178.608,00	↓ -6,02%
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	88.012.617,22	147.110.929,58	↑ 67,15%

• Resultado Contábil

Análise de Solvência	
Patrimônio de cobertura, em R\$	1.548.173.326,27
Provisões matemáticas, em R\$	1.413.241.004,69
Equilíbrio técnico (resultado contábil), em R\$	134.932.321,58
Ajuste de precificação, em R\$	12.178.608,00
Equilíbrio técnico ajustado (ETA), em R\$	147.110.929,58
Situação de solvência do plano	Superavitário
Tratamento de superávit	
Limite Reserva de Contingência, em R\$	44.251.710,58
Superávit em Reserva de Contingência, em R\$	44.251.710,58
Superávit em Reserva Especial (RE), em R\$	90.680.611,00
Exercício original de constituição da RE	2020
Exercício atual	2022
Obrigatoriedade de revisão do plano de benefícios	Não
Conclusão	

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência até o limite de 25,00% das provisões matemáticas de benefício definido, o equivalente a R\$ 44.251.710,58, e o montante que ultrapassar este valor, equivalente a R\$ 90.680.611,00, alocado em Reserva Especial.



Solvência

O Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) representa o Equilíbrio Técnico ("resultado contábil"), ajustado pelos ganhos ou perdas esperados em decorrência do Ajuste de Precificação (apresentado a seguir neste relatório).

O resultado do ETA é o efetivamente referenciado na legislação local (Brasileira) do sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficits.

• Comentários sobre a solvência do plano de benefícios

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano de benefícios apresenta, em 31/12/2022, um superávit técnico acumulado de R\$ 134.932.321,58, equivalente a 76,23% das suas provisões matemáticas estruturadas em benefício definido (R\$ 177.006.842,32) e a 9,55% do total das provisões matemáticas (R\$ 1.413.241.004,69). Considerando o ajuste de precificação, de R\$ 12.178.608,00, o equilíbrio técnico ajustado (ETA) permanece superavitário em R\$ 147.110.929,58, equivalente a 83,11% das provisões matemáticas de benefício definido e a 10,41% do total das provisões matemáticas.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o superávit técnico acumulado realizado, no valor de R\$ 134.932.321,58, deve ser contabilizado em Reserva de Contingência até o limite de 25,00% das provisões matemáticas de benefício definido, o equivalente a R\$ 44.251.710,58, e o montante que ultrapassar este valor, equivalente a R\$ 90.680.611,00, alocado em Reserva Especial.

Considerando o entendimento da Previc, apresentado no item 5.4.6. do Ementário da Procuradoria Federal junto à esta Superintendência, Edição 2021, não há obrigatoriedade de realizar-se revisão do plano de benefícios para destinação dos recursos alocados nessa Reserva Especial, por se tratar do segundo ano consecutivo após a formação da Reserva Especial de 2020 (primeira após a constituição do Fundo Previdencial de Revisão 2018). Caso seja mantida Reserva Especial até o encerramento de 2023, será obrigatória a elaboração e aprovação de novo Plano de Destinação de Superávit durante 2024.

Plano de Custeio 2023

Para o exercício de 2023, o plano de custeio possui as seguintes regras de contribuição:

Contribuições da Patrocinadora: As contribuições normais das patrocinadoras poderão variar entre o limite mínimo de 2% e o máximo de 7% da Folha de Salários-de-Participação (FSP) de seus empregados, dependendo da opção contributiva do participante ativo, uma vez que a contribuição patronal é paritária até o limite máximo acima definido.

A taxa para custeio administrativo e a taxa para cobertura dos benefícios de risco é nula para este exercício (0,00% da FSP*).

*Percentual para cobertura dos benefícios de risco proposto com base na reavaliação atuarial apurada considerando as premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo e no Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2022.

Contribuições de Participantes:

Ativos: Os participantes ativos contribuirão com taxas por eles selecionadas, observando-se o mínimo de 2% do Salário-de-Participação (SP), sendo que na taxa de contribuição selecionada está incluída a taxa de custeio administrativo (0,00% do SP neste exercício).

BPDs: Os participantes que aguardam BPD recolherão a taxa de custeio administrativo (que está fixada em 0,00% do salário-de-participação neste exercício), sendo opcional o recolhimento da taxa para cobertura dos benefícios de risco.

Assistidos: As contribuições dos assistidos, exclusivamente para custeio administrativo, estão suspensas para este exercício (alíquota de 0,00% do valor do benefício).

Custeio de Risco: O percentual proposto para benefícios de risco, coberto pelas contribuições normais das Patrocinadoras, permanece nulo durante a vigência do plano de custeio 2023, sendo necessária reavaliação no encerramento de 2023:

	VIGENTE	PARA 2023
MULTIFUTURO II	0,00%	0,00%

Início de vigência do plano de custeio: 01/01/2023

Custeio Administrativo: Taxa de administração: 0,14% dos recursos garantidores do plano.

Contribuição para cobertura das despesas administrativas de Ativos, Assistidos, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Patrocinadora para cobertura das despesas administrativas: Alíquota de 0,00% sobre o valor do Salário-de-Participação (SP) e do benefício.

Parecer Atuarial

Para fins da Avaliação Atuarial do Plano Multifuturo I foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/12/2022, estando os resultados posicionados nesta mesma data. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

A Avaliação Atuarial considerou os regimes financeiros e métodos de financiamento que já vinham sendo considerados nos exercícios anteriores, e atendem às exigências da Resolução CNPC nº 30/2018. Houve revisão das premissas financeiras e biométricas, devidamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo da FUSESC, com base nos estudos de análise de aderência de premissas apresentados no Relatório do Estudo de Convergência MIRADOR 1334/2022 (estudo de convergência da taxa de juros real anual) e o Relatório dos Estudos de Adequação das Premissas MIRADOR 1486/2022 (estudo de aderência das premissas biométricas, demográficas e econômicas), de agosto/2022 e setembro/2022, respectivamente.

Em relação à avaliação atuarial do encerramento do exercício anterior, houve alteração da premissa de Tábua de Entrada em Invalidez, que ocasionou uma redução de R\$ 36,61 milhões nas provisões matemáticas do encerramento de 2022 (equivalente a 2,59% do passivo atuarial).

O resultado das aplicações financeiras obtido pelo Plano Multifuturo I, relativas ao patrimônio dos benefícios definidos do plano, aponta uma rentabilidade nominal de 11,74% ao longo do ano de 2022, que, se comparada com a meta atuarial de 10,08% (taxa real de juros de 3,87% acrescida da variação acumulada do INPC), demonstra uma rentabilidade no período de 1,66% acima do esperado (equivalente a 16,47%).

O plano demonstrou uma variação positiva no resultado técnico acumulado de R\$ 59.877.928,36, passando de um Superávit Técnico de R\$ 75.054.393,22 em 31/12/2021 para um Superávit Técnico de R\$ 134.932.321,58 em 31/12/2022, equivalente a 76,23% das provisões matemáticas de benefício definido (9,55% do total das provisões matemáticas).

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela FUSESC em R\$ 12.178.608,00 o Resultado Técnico Ajustado do plano fica superavitário em R\$ 147.110.929,58, equivalente a 83,11% das provisões matemáticas de benefício definido (10,41% do total das provisões matemáticas).

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 25,00% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido, equivalente a R\$ 44.251.710,58, e o montante que ultrapassar este limite, apurado no encerramento de 2022 em R\$ 90.680.611,00, alocado como Reserva Especial do plano.

Considerando o entendimento da Previc, apresentado no item 5.4.6. do Ementário da Procuradoria Federal junto à esta Superintendência, Edição 2021, não há obrigatoriedade de realizar-se revisão do plano de benefícios para destinação dos recursos alocados nessa Reserva Especial, por se tratar do segundo ano consecutivo após a formação da Reserva Especial de 2020 (primeira após a constituição do Fundo Previdencial de Revisão 2018). Caso seja mantida Reserva Especial até o encerramento de 2023, será obrigatória a elaboração e aprovação de novo Plano de Destinação de Superávit durante 2024.

Pelo exposto, não há medida obrigatória a ser tomada para este encerramento, devendo ser acompanhado durante o exercício de 2023, dentro dos preceitos da legislação vigente.

Porto Alegre, 03 de março de 2023.


GIANCARLO GIACOMINI GERMANY
Diretor Executivo
Atuário – MIBA 1020
giancarlo@mirador360.com.br


DANIELA WEBER RABELLO
Consultora Sênior
Atuária – MIBA 1747
daniela@mirador360.com.br

2.2. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis



www.taticca.com.br
R. Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, 5º andar
Brooklin Novo - São Paulo - SP - CEP: 04571-020
Fone: +55 11 3062-3000



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL – FUSESC
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL – FUSESC** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios I

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios I. De acordo com a Instrução PREVIC nº 33/2020, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2022, apresentou resultado positivo de R\$ 6.559 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

b) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios Multifuturo I

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios Multifuturo I. De acordo com a Instrução PREVIC nº 33/2020, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2022, apresentou resultado positivo de R\$ 12.179 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

c) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios Multifuturo II

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios Multifuturo II. De acordo com a Instrução PREVIC nº 33/2020, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2022, apresentou resultado positivo de R\$ 165 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, conforme Relatório dos Auditores emitido em 07 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, com ênfase sobre os mesmos assuntos do parágrafo de ênfase acima.



www.taticca.com.br
R. Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, 5º andar
Brooklin Novo - São Paulo - SP - CEP: 04571-020
Fone: +55 11 3062-3000



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão do nosso relatório não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos pelo que nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações



www.taticca.com.br
R. Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, 5º andar
Brooklin Novo - São Paulo - SP - CEP: 04571-020
Fone: +55 11 3062-3000



forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de março de 2023.

Luiz Fernando Silva Soares
Contador – CRCRS no. 033.964
Taticca Auditores Independentes S.S.
CRCRS no. 009308/F
CVM 12.220

2.3. Parecer do Conselho Fiscal



Avenida Prefeito Osmar Cunha, 251 - 8º andar
CEP 88015-100 - Centro - Florianópolis - SC
Central de Atendimento: 0800 048 3000 (ligação gratuita)
central@fusesc.com.br - www.fusesc.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Fundação Codesc de Seguridade Social FUSESC, de acordo com as Disposições Legais Estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (Consolidada), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido -DMAL Plano Benefícios I, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Benefícios I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo II, referente ao exercício de 2022, bem como as Notas Explicativas, relatórios de conciliação, inventários de bens e outros documentos, e tendo em vista os Pareceres de Auditoria e Atuarial, da Taticca Auditores Independentes SS e da Mirador Assessoria Atuarial Ltda., respectivamente, são do parecer que os valores contábeis refletem a situação econômico-financeira da Entidade, e opinam favoravelmente pela aprovação das Demonstrações Contábeis.

Florianópolis, 22 de março de 2023.

Romildo Neuenfeld
Presidente

Rodrigo Mucelin
Conselheiro

Kleberon Luiz Isensee
Conselheiro

Luana Rodrigues Pereira
Conselheira

Esta informação foi gerada a partir do sistema de informações da FUSESC, sendo seu conteúdo monitorado e de
Clicksign c0ca0a65-cfe7-4859-b2ff-270a8951448f

2.4. Parecer do Conselho Deliberativo



Avenida Prefeito Osmar Cunha, 251 - 8º andar
CEP 88015-100 - Centro - Florianópolis - SC
Central de Atendimento: 0800 048 3000 (ligação gratuita)
central@fusesc.com.br - www.fusesc.com.br

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, em reunião realizada no dia 30 de março de 2023 no uso de suas atribuições, que lhes confere o item XIII do artigo 20 do Estatuto, após o exame dos documentos: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano Benefícios I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Benefícios I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo II, referente ao exercício de 2022, bem como as Notas Explicativas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e considerando os Pareceres do Atuário, da Auditoria e do Conselho Fiscal, decidiram, por unanimidade, pela sua aprova o.

Florianópolis, 30 de março de 2023.

Pedro Bramont
Presidente

Anderson dos Santos
Conselheiro

Lauro Machado Linhares
Conselheiro

Marselle Goulart
Conselheira

Jean Paulo de Deus e Silva Sonza
Conselheiro

Zilton Vargas
Conselheiro

Esta informa o foi gerada a partir do sistema de informa es da FUSESC, sendo seu conteúdo monitorado e de Clicksign 14dc47a2-65ec-410b-a758-d920b8e3a317

3.1. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos – Plano Multifuturo I

INFORMAÇÕES GERAIS:

CNPB: 2002000638

SIGLA: FUSESC

PLANO DE BENEFÍCIOS: PLANO MULTIFUTURO I

TIPO DE PLANO: CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

DATA APROVAÇÃO CODEL: 410/2021

META ATUARIAL: INPC + 3,87% A.A.

ATA APROVAÇÃO CODEL: 410/2021

VIGÊNCIA: 01/01/2022

HORIZONTE TEMPORAL: 60 MESES

RESPONSÁVEIS:

- **ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB):** DIRETOR SUPERINTENDENTE
- **ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ):** DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
- **ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO RISCO (ARR):** DIRETOR SUPERINTENDENTE
- **DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE:** DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

RENTABILIDADES AUFERIDAS: Item 12 PI 2023 (Idem PI 2023 encaminhadas PREVIC)

SEGMENTO	2018	2019	2020	2021	2022	ACUMULADO
Plano	8,55%	9,30%	10,06%	9,96%	11,74%	60,44%
Renda Fixa	9,86%	9,43%	11,38%	14,23%	10,52%	69,05%
Renda Variável	14,04%	33,95%	2,48%	-16,21%	2,24%	34,11%
Estruturado	5,68%	7,09%	3,73%	3,99%	15,44%	40,93%
Imobiliário	-0,67%	4,19%	1,65%	5,80%	4,92%	16,78%
Operações com Participantes	13,84%	12,30%	14,08%	20,77%	16,17%	104,61%
Exterior	-	-	-	-	-	-

BENCHMARK POR SEGMENTO: Item 11 PI 2022 (Benchmarks por segmento e metas de rentabilidade)

SEGMENTO	BENCHMARK	RETORNO ESPERADO
Renda Fixa	INPC + 4,05% a.a.	9,48% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	14,71% a.a.
Estruturado	CDI + 4,00% a.a.	12,58% a.a.
Imobiliário	INPC + 3,87% a.a.	9,29% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 7,44% a.a.	13,05% a.a.
Exterior	MSCI WORLD (BRL)	12,69% a.a.

GESTÃO DE RISCO: Item 14.1.1.1 PI 2022 (VaR)

MANDATO	DESCRIÇÃO	BENCHMARK	LIMITE
Fundo Exclusivo de Renda Fixa Curto Prazo	Tratam-se de fundos e carteiras em que a FUSESC faz gestão de renda fixa, de acordo com critérios estabelecidos nesta política de investimento visando a gestão do seu fluxo de caixa.	CDI	1,00%
Fundos Exclusivos de Renda Fixa Longo Prazo	Tratam-se dos fundos e carteiras em que a FUSESC faz gestão de renda fixa, de acordo com critérios estabelecidos nesta política de investimento.	CDI + 1,50% a.a.	5,00%
Fundos Exclusivos Créditos Privado	Fundos de renda fixa que buscam obter prêmio em relação à renda fixa tradicional através da alocação dos recursos em ativos de crédito privado.	CDI + 1,50% a.a.	3,00%
Fundos de Renda Fixa Não Exclusivos	Fundos de renda fixa com exposição em CDI, inflação, taxa pré, ativos de crédito privado, etc;	CDI + 1,50% a.a.	5,00%
Fundos de Participação	Fundos de investimento que adquirem participações de empresas não-listadas em Bolsa.	INPC + 7,00% a.a.	NA
Fundos Imobiliários	Fundos compostos por investimentos do setor imobiliário.	INPC + 5,00% a.a.	NA

Item 14.1.1.2 PI 2022 (Benchmark-VaR)

MANDATO	DESCRIÇÃO	BENCHMARK	LIMITE
Fundos multimercados institucionais não exclusivos	Fundos multimercados não exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, com as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	CDI + 4,00% a.a.	8,00%
Fundos exclusivos multimercados estruturados	Fundos multimercados estruturados exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, sem as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais não serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	CDI + 4,00% a.a.	8,00%
Fundos multimercados estruturados não exclusivos	Fundos multimercados estruturados exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, sem as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais não serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	CDI + 4,00% a.a.	8,00%
Renda Variável	Esse mandato engloba os investimentos em ativos-fundos de renda variável com menor correlação com os índices tradicionais do mercado e que buscam atingir retornos diferenciados no longo prazo.	IBOVESPA	15,00%
Investimentos no Exterior – Renda Fixa	Fundos RF e Multimercado Institucional com expressiva alocação no exterior.	CDI + 3,00% a.a.	10,00%
Investimentos no Exterior – Renda Variável	Fundos de RV com expressiva alocação no exterior.	MSCI WORLD (BRL)	15,00%

LIMITES POR SEGMENTO: Item 6.3 PI 2022 (Ativo)

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	BANDA DE REBALANCEAMENTO
Renda Fixa	100%	77,41%	20%-100%
Renda Variável	70%	5,00%	0%-20%
Estruturado	20%	5,35%	0%-20%
Imobiliário	20%	6,45%	0%-15%
Operações com Participantes	15%	3,29%	0%-15%
Exterior	10%	2,50%	0%-10%

3.2. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

INFORMAÇÕES GERAIS:

PLANO DE BENEFÍCIOS: PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

TIPO DE PLANO: Gestão Administrativa

ATA APROVAÇÃO CODEL: 410/2021

VIGÊNCIA: 01/01/2022

HORIZONTE TEMPORAL: 60 MESES

RESPONSÁVEIS:

- **ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB):** DIRETOR SUPERINTENDENTE
- **ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ):** DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
- **ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO RISCO (ARR):** DIRETOR SUPERINTENDENTE
- **DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE:** DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

RENTABILIDADES AUFERIDAS: Item 12 PI 2023 (Idem PI 2023 encaminhadas PREVIC)

SEGMENTO	2018	2019	2020	2021	2022	ACUMULADO
Plano	8,88%	9,14%	8,97%	8,36%	12,39%	57,70%
Renda Fixa	9,17%	8,60%	8,89%	11,16%	10,82%	59,03%
Renda Variável	14,02%	33,94%	3,33%	-16,39%	2,24%	34,90%
Estruturado	5,84%	6,66%	3,69%	4,11%	15,54%	40,80%
Imobiliário	-	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	-	-	-	-	-	-
Exterior	-	-	-	-	-	-

BENCHMARK POR SEGMENTO: Item 10 PI 2022 (Benchmarks por segmento e metas de rentabilidade)

SEGMENTO	BENCHMARK	RETORNO ESPERADO
Renda Fixa	INPC + 4,05% a.a.	9,48% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	14,71% a.a.
Estruturado	CDI + 4,00% a.a.	12,58% a.a.
Imobiliário	INPC + 3,87% a.a.	9,29% a.a.
Exterior	MSCI WORLD (BRL)	12,69% a.a.

GESTÃO DE RISCO: Item 13.1.1.1 PI 2022 (VaR)

MANDATO	DESCRIÇÃO	BENCHMARK	LIMITE
Fundo Exclusivo de Renda Fixa Curto Prazo	Tratam-se de fundos e carteiras em que a FUSESC faz gestão de renda fixa, de acordo com critérios estabelecidos nesta política de investimento visando a gestão do seu fluxo de caixa.	CDI	1,00%
Fundos Exclusivos de Renda Fixa Longo Prazo	Tratam-se dos fundos e carteiras em que a FUSESC faz gestão de renda fixa, de acordo com critérios estabelecidos nesta política de investimento.	CDI + 1,50% a.a.	5,00%
Fundos Exclusivos Créditos Privado	Fundos de renda fixa que buscam obter prêmio em relação à renda fixa tradicional através da alocação dos recursos em ativos de crédito privado.	CDI + 1,50% a.a.	3,00%
Fundos de Renda Fixa Não Exclusivos	Fundos de renda fixa com exposição em CDI, inflação, taxa pré, ativos de crédito privado, etc;	CDI + 1,50% a.a.	5,00%
Fundos de Participação	Fundos de investimento que adquirem participações de empresas não-listadas em Bolsa.	INPC + 7,00% a.a.	NA
Fundos Imobiliários	Fundos compostos por investimentos do setor imobiliário.	INPC + 5,00% a.a.	NA

Item 13.1.1.2 PI 2022 (Benchmark-VaR)

MANDATO	DESCRIÇÃO	BENCHMARK	LIMITE
Fundos multimercados institucionais não exclusivos	Fundos multimercados não exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, com as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	CDI + 4,00% a.a.	8,00%
Fundos exclusivos multimercados estruturados	Fundos multimercados estruturados exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, sem as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais não serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	CDI + 4,00% a.a.	8,00%
Fundos multimercados estruturados não exclusivos	Fundos multimercados estruturados exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, sem as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais não serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	CDI + 4,00% a.a.	8,00%
Renda Variável	Esse mandato engloba os investimentos em ativos-fundos de renda variável com menor correlação com os índices tradicionais do mercado e que buscam atingir retornos diferenciados no longo prazo.	IBOVESPA	15,00%
Investimentos no Exterior – Renda Fixa	Fundos RF e Multimercado Institucional com expressiva alocação no exterior.	CDI + 3,00% a.a.	10,00%
Investimentos no Exterior – Renda Variável	Fundos de RV com expressiva alocação no exterior.	MSCI WORLD (BRL)	15,00%

LIMITES POR SEGMENTO: Item 5.2 PI 2022 (Ativo)

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	BANDA DE REBALANCEAMENTO
Renda Fixa	100%	87,18%	35%-100%
Renda Variável	70%	5,00%	0%-20%
Estruturado	20%	5,32%	0%-20%
Imobiliário	20%	0,00%	0%-15%
Exterior	10%	2,50%	0%-10%

3.3. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos – Plano Multifuturo I

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE:
FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO:
DEZEMBRO DE 2022

SIGLA:	CÓDIGO:
FUSESC	0055-2

CNPJ:
83.564.443/0001-32

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2021	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2022	% APLIC.	% LIMITES RES. nº 4.994, de 24 de março/22 e Política Investimentos
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	1.465.042.122,42	100,00	1.574.541.054,89	100,00	
DISPONÍVEL	3.787,99	-	225.608,27	0,01	
Bancos e Caixa	3.787,99	-	225.608,27	0,01	
TÍTULOS PÚBLICOS	832.101.128,75	56,80	946.754.730,58	60,13	Renda Fixa
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	832.101.128,75	56,80	946.754.730,58	60,13	Legal até 100%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	819.978.963,45	55,97	916.607.742,76	58,21	Limite Política
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12.122.165,30	0,83	30.146.987,82	1,91	Inferior/Superior
(-) Valores a Pagar	-	-	-	-	20% - 100%
ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITOS PRIVADO	5.392.134,58	0,37	494.757,18	0,03	
COMPANHIAS ABERTAS	5.392.134,58	0,37	494.757,18	0,03	
Debêntures Conversíveis	-	-	-	-	
Buettner (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
Debêntures Não Conversíveis	5.392.134,58	0,37	497.459,14	0,03	
Hauscenter S.A (Provisão perdas iminentes de 96,64% em 31/05/2022)	5.392.134,58	0,37	497.459,14	0,03	
Teka (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
(-) Valores a Pagar	-	-	(2.701,96)	-	
RENTA VARIÁVEL	-	-	-	-	Renda Variável
COMPANHIAS ABERTAS	-	-	-	-	Legal até 70%
Mercado de Ações	-	-	-	-	Limite Política
Lorenz (Provisão de 100% para perdas iminentes) - ON	-	-	-	-	Inferior/Superior
FUNDOS DE INVESTIMENTO	489.423.089,79	33,41	473.195.006,86	30,05	0% - 20%
Renda Fixa	-	-	-	-	
Modal Gaia	-	-	-	-	
Ações	63.520.019,86	4,34	-	-	
Bradesco Platina	63.520.019,86	4,34	-	-	
Multimercado	417.686.462,68	28,51	467.733.871,37	29,70	
Multimercado Institucional	294.612.813,47	20,11	325.169.094,83	20,65	
Banco do Brasil - Ágata II - Exclusivo	294.612.813,47	20,11	325.169.094,83	20,65	
Multimercado Estruturado	123.073.649,21	8,40	142.564.776,54	9,05	Estruturado
Bradesco FIC MM Prata - Exclusivo	123.073.649,21	8,40	142.564.776,54	9,05	Legal até 20%
Direito Creditórios	-	-	-	-	Limite Política
FIDC Ático Abengoa	-	-	-	-	Inferior/Superior
Participações	5.123.073,72	0,35	2.728.692,67	0,17	0% - 20%
Brasil Portos e Ativos Logísticos Fip	1.271.929,47	0,09	1.038.227,42	0,07	
Brasil Óleo & Gás Fip	0,18	-	855,29	-	
Kinea Private Equity II Fip	2.586.785,58	0,18	1.046.127,69	0,07	
Riviera GR Industrial Fip	1.264.980,08	0,09	643.482,27	0,04	
(-) Valores a Pagar Brasil Óleo & Gás Fip	(621,59)	-	-	-	
Imobiliário	3.093.533,53	0,21	2.732.442,82	0,17	
BB Renda Corporativa	2.546.579,05	0,17	2.319.268,05	0,15	
Claritas Logística	546.954,48	0,04	413.174,77	0,03	
(+) Valores a Receber	-	-	-	-	
INVESTIMENTOS EM IMOVEIS - Proporção 55,756527 Total Imóveis	89.668.500,26	6,12	91.766.669,94	5,83	Imobiliário
ALUGUEIS E RENDA	60.226.387,03	4,11	90.814.767,39	5,76	Legal até 20%
Uso Próprio	927.388,78	0,06	881.344,95	0,06	Limite Política
Av. Osmar Cunha, 251, Centro - Fpolis/SC	927.543,37	0,06	881.499,54	0,06	Inferior/Superior
(+) Valores a Receber	-	-	-	-	0% - 15%
(-) Valores a Pagar	(154,59)	-	(154,59)	-	

Locadas às Patrocinadoras	(17,61)	-	(17,61)	-	
Rua Antão de Paula Velho s/n, B. Jardim da Serra/SC	-	-	-	-	
(+) Valores a Receber	-	-	-	-	
(-) Valores a Pagar	(17,61)	-	(17,61)	-	
Locados a Terceiros	59.299.015,86	4,05	89.933.440,05	5,71	
Av. Osmar Cunha nº 251, Ed. Pérola Negra, Centro - Fpolis/SC	7.649.968,30	0,52	7.366.304,61	0,47	
Rua Jerônimo Coelho nº 33, Ed. Ildefonso Linhares, C/Fpolis/SC	1.289.642,89	0,09	1.092.843,11	0,07	
Av. Hercílio Luz nº 59, Ed. Alpha Centauri, Centro - Fpolis/SC	570.411,57	0,04	452.585,88	0,03	
Av. Osmar Cunha nº 15, Ed. Ceisa Center, Centro - Fpolis/SC	1.661.360,51	0,11	1.678.917,13	0,11	
Av. Rio Branco nº 155, Ed. Planel Towers, Centro - Fpolis/SC	7.357.073,77	0,50	6.480.388,78	0,41	
Rua Santos Saraiva nº 1155, Estreito, Centro - Fpolis/SC	2.450.438,03	0,17	2.450.438,04	0,16	
Av. Rio Branco nº 159, Ed. Barra Sul, Centro - Fpolis/SC	24.506.742,13	1,67	23.681.201,95	1,50	
Rua Álvaro de Carvalho, esq. Ten. Silveira, Ed. Mapil, C/Fpolis/SC	1.830.659,64	0,12	1.810.793,48	0,12	
Rua Ten. Silveira nº 63, Ed. Reflex, Centro - Fpolis/SC	3.639.139,32	0,25	3.424.086,94	0,22	
Rua Artista Bittencourt s/n, Ed. Alcides Abreu, Centro - Fpolis/SC	3.213.304,42	0,22	3.294.017,57	0,21	
Rua Presidente Coutinho nº 84, Ed. Vitale Residence, Centro - Fpolis/SC	-	-	33.146.909,66	2,11	
Rua Dom Jaime Câmara nº 217, Centro - Fpolis/SC	4.947.521,99	0,34	4.832.847,54	0,31	
(+) Valores a Receber	1.004.754,43	0,07	1.092.488,94	0,07	
(-) Provisão perdas iminentes	(801.781,79)	(0,05)	(833.085,76)	-	
(-) Valores a Pagar	(20.219,35)	-	(37.297,80)	-	
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS E TERRENOS	29.442.113,23	2,01	951.902,55	0,06	
Av. Getúlio Vargas s/n, Centro - Biguaçu/SC	303.304,14	0,02	360.453,07	0,02	
Rua Presidente Coutinho nº 84, Centro - Fpolis/SC	29.442.113,23	2,01	951.902,55	0,06	
(-) Av. Getúlio Vargas s/n, Centro - Biguaçu/SC (Provisão perdas 100%)	(303.304,14)	(0,02)	(360.453,07)	(0,02)	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	48.453.481,05	3,31	47.732.184,92	3,03	Oper. Particip.
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	48.453.481,05	3,31	47.732.184,92	3,03	Legal até 15%
Pos-fixados	48.588.349,80	3,32	47.814.571,52	3,04	Limite Política
(+) Valores a Receber	784.095,26	0,05	435.404,61	0,03	Inferior/Superior
(-) Provisão perdas iminentes	(912.343,00)	(0,06)	(508.344,21)	(0,03)	0% - 15%
(-) Valores a Pagar	(6.621,01)	-	(9.447,00)	-	
RECUSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS			14.372.097,14		
(+) Valores a Receber			14.384.716,30		
(-) Valores a Pagar			(12.619,16)		

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

1. Este resumo esta sendo apresentado de acordo com a Resolução CNPC nº 32, de 04/12/2019 que revogou a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/06 e a Resolução CGPC nº 07, 04/12/2003.					
2. Demonstraremos a rentabilidade acumulada					
POR PLANOS DE BENEFÍCIOS SEGMENTOS		RENTABILIDADE	BENCHMARKS		
RENTA FIXA		10,52%	MI 10,22% (INPC + 4,05%)		
RENTA VARIÁVEL		2,24%	MI 4,68% (IBOVESPA)		
INVESTIMENTO ESTRUTURADO		15,44%	MI 16,89% (CDI + 4,00%)		
IMOBILIÁRIO		4,92%	MI 10,03% (INPC + 3,87%)		
EMPRÉSTIMOS		16,17%	MI 14,38% (INPC + 7,44%)		
CARTEIRA TOTAL		11,74%			
2.1 Rentabilidade líquida e bruta por Fundo de Investimento:					
	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade Líquida (%)	Taxa de Administração (R\$)	Taxa de Performance (R\$)	Demais custos incorridos com a administração terceirizada (R\$)
BB ÁGATA II FIM CRÉDITO PRIVADO	12,05%	12,01%	193.537,96	0,00	120.739,05
BRADESCO FIC FI MM PRATA	15,84%	15,84%	0,00	0,00	95.883,29

3. A meta atuarial da FUSESC é de INPC (mês anterior) mais 3,87% ao ano, sendo que o acumulado no ano de 2022 ficou em 10,07%;

4. Desde o exercício de 2010 a Fundação deixou de elaborar a DNP por possuir modelo proprietário de monitoramento de risco.

5. O valor ao Risco de Mercado (VaR), em 31/12/2022, está demonstrado como segue:

Mandato	Benchmark	Modelo	% Observado	Limite	Horiz. de Tempo
Mandato Exclusivo MM Estruturado	CDI + 4,00%	B-VaR	2,61%	8,00%	21 dias
Mandato Exclusivo Crédito Privado	INPC + 4,17%	VaR	0,20%	3,00%	21 dias

6. Os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada estão discriminados no QUADRO II e totalizados por segmento, como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR	% Sobre o total da Gestão Terceirizada	% Sobre o total dos Investimentos do Plano
RENDA FIXA	325.169.094,83	68,71	20,65
RENDA VARIÁVEL	-	-	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADO	145.293.469,21	30,70	9,22
IMOBILIÁRIO	2.732.442,82	0,58	0,17
TOTAL	473.195.006,86	100,00	30,05

7. DESENVOLVIMENTO: As aplicações estão enquadradas de acordo com a legislação vigente.

8. Demonstramos a seguir o total dos investimentos do Plano de Benefício assim como o seus respectivos valores por segmento, em reais e percentuais relativos aos recursos garantidores das Reservas Técnicas:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	% APL.	31/12/2022	% APL.
PLANO DE BENEFÍCIO MULTIFUTURO I	1.465.042.122,42	100,00	1.560.168.957,75	100,00
Disponível	3.787,99	-	225.608,27	0,01
Renda Fixa	1.132.106.076,80	77,27	1.272.418.582,59	81,57
Renda Variável	63.520.019,86	4,34	-	-
Investimento Estruturado	128.196.722,93	8,75	145.293.469,21	9,31
Imóveis	92.762.033,79	6,33	94.499.112,76	6,06
Empréstimos	48.453.481,05	3,31	47.732.184,92	3,06

QUADRO I V - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO

A empresa responsável pela auditoria de gestão da FUSESC é a TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

QUADRO V - ADMINISTRADOR TECNICAMENTE QUALIFICADO

O administrador tecnicamente qualificado da FUSESC é o Sr. Carlos Eduardo Pitz, CPF nº 005.650.579-52, telefone para contato (48) 32519333 e E-mail para contato: fusesc@fusesc.com.br

3.4. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE:
FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO:
DEZEMBRO DE 2022

SIGLA:	CÓDIGO:
FUSESC	0055-2

CNPJ:
83.564.443/0001-32

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2021	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2022	% APLIC.	% LIMITES RES. nº 4.994, de 24 de março/22 e Política Investimentos
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	123.365.453,05	100,00	135.248.660,18	100,00	
DISPONÍVEL	345.181,65	0,28	448.039,84	0,33	
Bancos e Caixa	345.181,65	0,28	448.039,84	0,33	
TÍTULOS PÚBLICOS	49.856.525,93	40,41	58.808.248,06	43,48	Renda Fixa
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	49.856.525,93	40,41	58.808.248,06	43,48	Legal até 100%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	48.846.406,89	39,59	56.654.151,16	41,89	Limite Política
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.010.119,04	0,82	2.154.096,90	1,59	Inferior/Superior
(+) Valores a Receber	-	-	-	-	35% - 100%
ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITOS PRIVADO	416.092,23	0,34	33.484,61	0,02	
COMPANHIAS ABERTAS	416.092,23	0,34	33.484,61	0,02	
Debêntures Conversíveis	-	-	-	-	
Buettner (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
Debêntures Não Conversíveis	416.092,23	0,34	33.695,71	0,02	
Hauscenter S.A (Provisão perdas iminentes de 96,64% em 31/05/2022)	416.092,23	0,34	33.695,71	0,02	
Teka (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
(-) Valores a Pagar	-	-	(211,10)	-	
RENTA VARIÁVEL	-	-	-	-	Renda Variável
COMPANHIAS ABERTAS	-	-	-	-	Legal até 70%
Mercado de Ações	-	-	-	-	Limite Política
Lorenz (Provisão de 100% para perdas iminentes) - ON	-	-	-	-	Inferior/Superior
FUNDOS DE INVESTIMENTO	72.747.653,24	58,97	74.743.114,91	55,26	0% - 20%
Renda Fixa	-	-	-	-	
Modal Gaia	-	-	-	-	
Ações	5.275.497,33	4,28	-	-	Estruturado
Bradesco Platina	5.275.497,33	4,28	-	-	Legal até 20%
Multimercado	67.079.919,36	54,37	74.534.722,33	55,11	Limite Política
Multimercado Institucional	54.392.641,30	44,09	59.838.164,84	44,24	Inferior/Superior
Banco do Brasil - Ágata II - Exclusivo	54.392.641,30	44,09	59.838.164,84	44,24	0% - 20%
Multimercado Estruturado	12.687.278,06	10,28	14.696.557,49	10,87	
Bradesco FIC MM Prata - Exclusivo	12.687.278,06	10,28	14.696.557,49	10,87	
Participações	392.236,55	0,32	208.392,58	0,15	Imobiliário
Brasil Portos e Ativos Logísticos Fip	95.994,68	0,08	78.356,79	0,06	Legal até 20%
Brasil Óleo & Gás Fip	0,01	-	65,79	-	Limite Política
Kinea Private Equity II Fip	198.983,51	0,16	80.471,36	0,06	Inferior/Superior
Riviera GR Industrial Fip	97.306,16	0,08	49.498,64	0,04	0% - 15%
(-) Valores a Pagar Brasil Óleo & Gás Fip	(47,81)	-	-	-	
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	-	-	1.215.772,76	0,90	
(+) Valores a Receber	-	-	1.216.840,27	0,90	
(-) Valores a Pagar	-	-	(1.067,51)	-	

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

1. Este resumo esta sendo apresentado de acordo com a Resolução CNPC nº 32, de 04/12/2019 que revogou a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/06 e a Resolução CGPC nº 07, 04/12/2003.

2. Demonstraremos a rentabilidade acumulada

POR PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA -PGA		RENTABILIDADE	BENCHMARKS
SEGMENTOS			
RENTA FIXA		10,82%	PGA 10,22% (INPC + 4,05%)
RENTA VARIÁVEL		2,24%	PGA 4,68% (IBOVESPA)
INVESTIMENTO ESTRUTURADO		15,54%	PGA 16,89% (CDI + 4,00%)
IMOBILIÁRIO (Não possui)		0,00%	PGA 10,03% (INPC + 3,87%)
CARTEIRA TOTAL		12.39%	

2.1 Rentabilidade líquida e bruta por Fundo de Investimento:

	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade de Líquida (%)	Taxa de Administração (R\$)	Taxa de Performance (R\$)	Demais custos incorridos com a administração terceirizada (R\$)
BB ÁGATA II FIM CRÉDITO PRIVADO	12,05%	12,01%	193.537,96	0,00	120.739,05
BRADESCO FIC FI MM PRATA	15,84%	15,84%	0,00	0,00	95.883,29

3. O retorno esperado do Plano de Gestão Administrativa da FUSESC é INPC (mês anterior) mais 3,87% ao ano, sendo que o acumulado no ano de 2022 ficou em 10,07%;

4. Desde o exercício de 2010 a Fundação deixou de elaborar a DNP por possuir modelo proprietário de monitoramento de risco.

5. O valor ao Risco de Mercado (VaR), em 31/12/2022, está demonstrado como segue:

Mandato	Benchmark	Modelo	% Observado	Limite	Horiz. de Tempo
Mandato Exclusivo MM Estruturado	CDI + 4,00%	B-VaR	2,61%	8,00%	21 dias
Mandato Exclusivo Crédito Privado	INPC + 4,17%	VaR	0,20%	3,00%	21 dias

6. Os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada estão discriminados no QUADRO II e totalizados por segmento, como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR	% Sobre o total da Gestão Terceirizada	% Sobre o total dos Investimentos do Plano
RENTA FIXA	59.838.164,84	80,07	44,24
RENTA VARIÁVEL	0,00	-	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADO	14.904.950,07	19,94	11,02
IMOBILIÁRIO	0,00	-	-
TOTAL	74.743.114,91	100,00	55,26

7. DESENQUADRAMENTO: As aplicações estão enquadradas de acordo com a legislação vigente.

8. Demonstramos a seguir o total dos investimentos do Plano assim como o seus respectivo valores por segmento, em reais e percentuais relativos aos recursos garantidores das Reservas Técnicas:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	% APL.	31/12/2022	% APL.
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	123.365.453,05	100,00	134.032.887,42	100,00
Disponível	345.181,65	0,28	448.039,84	0,33
Renda Fixa	104.665.259,46	84,84	118.679.897,51	88,55
Renda Variável	5.275.497,33	4,28	-	-
Investimento Estruturado	13.079.514,61	10,60	14.904.950,07	11,12

9. As despesas incorridas com taxas de administração, performance e corretagem da Carteira Própria e Fundos de Investimento Exclusivo são registradas dentro dos Fundos de Investimentos, e as despesas de custódia e diretas de investimentos são registradas no grupo de investimentos da Fundação e são segregadas por Plano de Benefícios. Estão demonstrados a seguir as despesas Diretas de Investimentos e da Gestão Administrativa de Investimento e Previdencial:

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE INVESTIMENTOS TOTAL E POR PLANO

DESCRIÇÃO	BEN. I	MULT. I	MULT. II	PGA	TOTAL 2022	TOTAL 2021	VAR. %
Despesas Pessoal e Encargos	2.007.811,05	4.716.975,52	784.692,97	-	7.509.479,54	5.882.929,14	27,65
Honorários dos Conselheiros	173.174,40	406.840,80	67.680,00	-	647.695,20	450.273,59	43,84
Honorários de Dirigentes	380.410,58	893.703,28	148.672,17	-	1.422.786,03	1.156.786,27	22,99
Pessoal Próprio	1.454.226,07	3.416.431,44	568.340,80	-	5.438.998,31	4.275.869,28	27,20
Trein./Congr. e Sem./Viag. e Estádias	27.125,22	63.725,45	10.601,06	-	101.451,73	44.522,44	127,87
Treinamentos/Congresso e Seminários	10.813,06	25.403,04	4.225,90	-	40.442,00	35.055,94	15,36
Viagens e Estádias	16.312,16	38.322,41	6.375,16	-	61.009,73	9.466,50	544,48
Despesas Serviços de Terceiros	677.712,11	1.518.861,98	245.873,11	-	2.442.447,20	2.120.305,59	15,19
Consultoria Atuarial	51.792,51	121.676,83	20.241,59	-	193.710,93	167.932,35	15,35
Consultoria Investimentos	40.892,21	96.068,35	15.981,39	-	152.941,95	110.397,94	38,54
Consultoria Jurídica	90.774,50	139.962,06	16.486,03	-	247.222,59	249.611,09	(0,96)
Tecnologia da Informação	340.478,79	799.891,15	133.065,97	-	1.273.435,91	1.094.108,31	16,39
Serviços Contábeis	79.971,72	187.878,78	31.254,64	-	299.105,14	34.973,16	755,24
Auditoria Contábil	10.769,00	25.299,76	4.208,76	-	40.277,52	34.973,16	15,17
Serviços de Conservação e Manutenção	21.140,35	49.665,14	8.262,00	-	79.067,49	161.224,01	(50,96)
Outros Serv. Terceiros	41.893,03	98.419,91	16.372,73	-	156.685,67	267.085,57	(41,34)
Despesas Gerais	153.756,04	575.556,95	53.738,75	-	783.051,74	1.248.755,47	(37,29)
Informativo e Divulgação	190,92	1.236,14	68,58	-	1.495,64	39.823,65	(96,24)
Locação	20.196,03	32.569,65	5.469,32	-	58.235,00	404.483,10	(85,60)
Água e Energia Elétrica	4.736,69	11.127,98	1.851,18	-	17.715,85	59.061,82	(70,00)
Comunicação	41.592,83	97.714,58	16.255,33	-	155.562,74	153.497,01	1,35
Entidades Associadas	24.161,86	56.763,89	9.442,98	-	90.368,73	82.878,40	9,04
Impostos e Taxas	10.529,78	24.758,52	4.115,18	-	39.403,48	43.943,72	(10,33)
Custas e Despesas Judiciais	23.369,48	282.583,64	5.212,63	-	311.165,75	303.071,91	2,67
Outras Desp. Gerais (Manut., Mat., Seg., Alien. Imob., demais)	28.978,45	68.802,55	11.323,55	-	109.104,55	161.995,86	(32,65)
Depreciação e Amortização	44.874,56	105.424,45	17.537,89	-	167.836,90	91.617,12	83,19
Depreciação e Amortização	44.874,56	105.424,45	17.537,89	-	167.836,90	91.617,12	83,19
Tributos (Tafic, Pis/Cofins)	60.000,00	120.000,00	36.000,00	-	216.000,00	204.000,00	5,88
Tributos (Tafic, Pis /Cofins)	60.000,00	120.000,00	36.000,00	-	216.000,00	204.000,00	5,88
Outras Despesas (Alienação Imob.)	1.113,73	2.616,50	435,27	-	4.165,50	2.636,69	57,98
Outras Despesas (Alienação Imob.)	1.113,73	2.616,50	435,27	-	4.165,50	2.636,69	57,98
Total das Despesas Administrativas	2.972.392,71	7.103.160,85	1.148.879,05	-	11.224.432,61	9.594.766,45	16,98
Diretas Grupo Investimentos	203.606,70	281.536,04	64.050,87	30.906,94	580.100,55	522.980,78	10,92
Taxa de Custódia	84.236,38	142.328,51	31.130,94	9.005,20	266.701,03	215.852,22	23,56
Taxa de Controladoria	21.882,61	73.272,92	16.932,70	11.330,36	123.418,59	131.102,57	(5,86)
Taxa CETIP/SELIC/CBLC/Demais	97.487,71	65.934,61	15.987,23	10.571,38	189.980,93	176.025,99	7,93
Diretas Fundos de Investimentos	81.062,05	238.604,59	52.027,57	38.466,09	410.160,30	168.817,34	142,96
Taxa de Administração, Performace e Corretagem	81.062,05	238.604,59	52.027,57	38.466,09	410.160,30	168.817,34	142,96
TOTAL	3.257.061,46	7.623.301,48	1.264.957,49	69.373,03	12.214.693,46	10.286.564,57	18,74

QUADRO I V - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO

A empresa responsável pela auditoria de gestão da FUSESC é a TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

QUADRO V - ADMINISTRADOR TECNICAMENTE QUALIFICADO

O administrador tecnicamente qualificado da FUSESC é o Sr. Carlos Eduardo Pitz, CPF nº 005.650.579-52, telefone para contato (48) 32519333 e E-mail para contato: fusesc@fusesc.com.br

45
anos



FUSESC

Junto a você em qualquer tempo

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente: **Luiz Aurélio de Oliveira**

Diretor Financeiro e Administrativo: **Carlos Eduardo Pitz**

EXPEDIENTE

Coordenação na Fusesc: **Carolina Pereira Simões**

Produção gráfica: **Frente Comunicação**



/fusescprevidencia



/fusesc



/fusesc

Av. Prefeito Osmar Cunha, 251, Sala 802 | CEP 88015-100 | Florianópolis/SC

Central de atendimento: 0800 048 3000 (ligação gratuita)

www.fusesc.com.br |  (48) 4042-0305